



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 56.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1976.

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pietelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Jorge Sato. (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fuad Nacli, José Domingos Scarpeolini, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Trajano Bastos e Wilson Fortes. (10).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 36/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 37/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quarta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 33/76 e 34/76. Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 57.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pietelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer. (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fuad Nacli, José Domingos Scarpeolini, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Trajano Bastos, Wilson Fortes. (10).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

Emenda à Constituição

O artigo 57, da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 57: O Ministério público é instituição autônoma e compõe-se dos seguintes órgãos:

- I— Procurador Geral da Justiça;
- II— Procuradores da Justiça;
- III— Promotores de Justiça, curadores e promotores substitutos;
- IV— Conselho Superior do Ministério Público;
- V— outros órgãos instituídos por Lei.

§ 1.º : O Procurador Geral da Justiça com assento no Tribunal de Justiça, é o Chefe do Ministério Público, e será nomeado, em Comissão, pelo Governador, dentre os membros do Ministério Público do Estado.

§ 2.º : O Procurador Geral da Justiça terá as prerrogativas e as vedações dos membros do Tribunal de Justiça, perante o qual será processado e julgado nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

§ 3.º : Um dos Procuradores da Justiça, escolhido na forma da Lei, exercerá as funções de Corregedor do Ministério Público, com mandato de um ano.

§ 4.º : O Conselho Superior do Ministério Público será integrado pelo Procurador Geral da Justiça, como seu Presidente, pelo Corregedor do Ministério Público, e por três Procuradores da Justiça anualmente eleitos pelos demais, vedada a recondução."

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

aa) Enéas Faria, Otássio Pereira, Ernesto Dal'Oglio, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Lineu Turra, Jurandir Messias, Fideicino Tolentino, Gilberto Carvalho, Ernesto Gnoato, Deni Schwartz, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto, Jayme Rodrigues Carvalho, Maurício Fruet, Gabriel Manoel, Lúcio Machado, Antonio Facci, Adalberto Daros.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje desta Casa, um voto de pesar pelo passamento da Sra. BALBINA LUSTOSA, ocorrido no dia 02 de dezembro corrente, nesta Capital.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa, ouvido o plenário, consagração de voto de louvor à Difusora Ouro Verde Ltda., pelo transcurso de seus vinte anos de atividades, bem como de regozijo pela programação levada ao ar em comemoração ao evento no dia 01 de maio corrente, onde apresentou as melhores canções do século vinte.

Requer outrossim, seja dado conhecimento da decisão desta Casa e do inteiro teor deste requerimento à sua Diretoria a pessoa do Sr. João Lúcio Seiler Bettge.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor ora proposto por si só já se justificaria. No entanto, convém lembrar que nesses vinte anos a Rádio Ouro Verde tem procurado levar ao ar um rádio sério, apoiado na difusão da cultura, notícia e informação, motivo pelo qual é merecedora por seus diretores e funcionários dos maiores elogios e respeito por parte de todo o público radiouvinte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Junior, dirigindo-lhe apelo no sentido de ser implantada, com brevidade, uma escola agrícola no distrito de Perobal, município de Umuarama.

O atendimento à justa reivindicação, já oficialmente apresentada pelo Legislativo do próspero município, por iniciativa do dinâmico vereador Sebastião Calisto Barbosa, como se vê do anexo documento, virá proporcionar melhores condições para o aprimoramento das técnicas agrícolas e desenvolvimento econômico da importante região.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte,

vasado nos seguintes termos:

Ao tomarmos conhecimento da decisão desta douta Câmara Municipal, no sentido de outorgar o título de Cidadão Honorário da Cidade de Natal ao Ilustre Professor João Calisto de Medeiros, sentimo-nos altamente sensibilizados com a homenagem ao Digno Professor, coordenador da Campanha Nacional de Escola da comunidade.

É oportuno ressaltar que o professor João Calisto de Medeiros exerceu essa nobre atividade na cidade de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul, e, por longos anos vem exercendo aqui, no Estado do Paraná, cujos serviços são altamente respeitados e admirados por todos os paranaenses.

Reconhecemos, pois, na decisão de V. Exa., um ato de verdadeira justiça ao Professor João Calisto de Medeiros, homem digno, probo, trabalhador e, digno de nosso mais respeito.

Respeitosa saudação.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista a necessidade premente de uma população que está submissa a surto de enfermidade, inclusive mais de 200 alunos do Grupo Escolar Dona Lula, situado à rua Moisés Shalella, Vila N. S. da Luz, nesta Capital, por estar o referido Grupo e a população ali residente sem os serviços imprescindíveis de Água e Esgotos, vem mui respeitosamente requerer de V. Exa., após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício à SANEPAR, solicitando medidas urgentes no sentido de que seja procedido, a extensão da rede de Água e Esgotos, na referida artéria.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando.

Que permanece até os dias de hoje a disputa existente entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, na faixa de terra limítrofe conhecida como região de "Serra Negra";

Que, apesar de ter sido procurada uma solução para o problema, desde o ano de 1919, através do então Presidente Afonso Alves Camargo e Altino Arantes do Paraná e São Paulo, respectivamente;

Que uma Comissão mista, entre os dois Estados foi criada para achar um denominador comum, e que nada conseguiu de proveitoso;

Que, até a mediação do então Presidente da República, Mal. Emílio G. Médici, foi proposta pelo ex-Governador Parigot de Souza e que nada resultou.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e anuência do Plenário seja constituída, nos termos do Regimento Interno desta Casa, uma Comissão Especial com objetivo de oferecer subsídio para a questão limítrofe entre o nosso Estado e o vizinho Estado de São Paulo, comissão composta de 7 membros.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA

Esta Comissão requerida, Sr. Presidente, é mais do que necessária, é imprescindível.

O tempo, ao que parece, estacionou, quanto à disputa que nosso Estado detem com São Paulo, nesta questão limítrofe.

"Aos 55 mil alqueires entre o meio do instkimo do Varadouro, e ali busca o divisor das águas que correm à direita para o mar e o canal do Ararapira, e à esquerda, para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; segue por este divisor até o alto de Serra Negra e por este até à altura do morro existente entre ela e a

Serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro às nascentes do rio Pardo, nesta última serra, e pelo rio Pardo até Ribeira..". Basta esta descrição da região disputada, em que o vernáculo e o modo descritivo antiquado aparece para mostrar o quão é antiga esta disputa por uma região pujante e rica à espera de uma solução para expandir-se.

Não se pode ficar alheio ao fato quando fatos estranhos e danosos se verificam no âmbito governamental em nosso Estado. Não se deve silenciar quando gente paranaense é perseguida, oprimida, enxotada de um solo que, jurídico e historicamente é nosso. O direito à propriedade está sendo violado, vidas humanas ameaçadas, o erário público impedido de agir legal e moralmente arrecadando tributos legítimos.

São relatórios, estudos e pareceres que temos em mãos, somados a obras de História, Geografia, Direito, micro-filmes e mapas que apontam os direitos impostergáveis do Paraná à região.

Até quando seremos lesados impunemente?

Essa área, com apreciável reserva florestal é riquíssima em jazidas minerais. As primeiras ações "grileiras" com o beneplácito paulista começou a se verificar na década de 60.

À época do Governo Parigot de Souza, nosso mandatário, não hesitou, procurando resolver a questão de vez em locomover-se até Brasília, para entregar ao Chefe da Nação ofício em que afirmava entre outras: "... atendendo sugestão da comissão Mista integrada pelos Estados do Paraná e São Paulo, unanimemente aprovada por seus dignos membros, tenho a honra de convidar V. Exa., como Supremo Árbitro da Nação, para mediar a relevante questão suscitada entre os limites dos Estados do Paraná e São Paulo, envolvendo a região limítrofe denominada "Serra Negra". O fato é de que o Gal. Médici concluiu seu mandato e até hoje pronunciamento houve.

A nosso ver a Constituição Federal propõe o caminho face ao acefalismo vigente: Recurso ao Congresso Nacional.

A Constituição e uma Comissão Especial, traria valiosos subsídios para auxiliar a terminar de uma vez por todas com este problema que vem se arrastando desde o começo deste século, e que, a menos que medidas como esta a que propomos e outras mais também salutaras, veremos a entrada do século XXI e "Serra Negra", continuará sem dono.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a transcrição de estudo sobre a fronteira entre nosso Estado e São Paulo — que vai em anexo — e onde se comprova os direitos líquidos e certos pleiteados pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI 45/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA PARANAENSE DE ENSINO", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA PARANAENSE DE ENSINO é uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade de nossa Capital, dentro das finalidades a que se propõe.

A cópia dos Estatutos que anexamos ao presente, melhor mostram suas finalidades, e a comprovação de que a entidade preenche os requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

PROJETO DE LEI 46/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a MISSÃO EVANGÉLICA BETÂNIA, com sede em Antônia — Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A "MISSÃO EVANGÉLICA BETÂNIA", anteriormente denominada "Missão Betânia do Brasil", com sede na cidade de Antônia, conforme declaração anexa firmada pelo seu vice-Presidente Richard Duane Craven, mantém em funcionamento um modelar Hospital e Maternidade com dois médicos em tempo integral, proporcionando assistência médico-hospitalar às populações da região em que está estabelecida, a preços acessíveis. Mantém, outrossim, um Seminário e Instituto Bíblico em regime de internato, para moças e moços, onde são ministrados cursos bíblicos sem ônus aos alunos assim como algumas matérias de nível de segundo grau. Nas oficinas de mecânica, de carpintaria de fabricação de produtos vendáveis, na horta e no pomar os estudantes recebem instruções sobre trabalhos manuais e os praticam.

Objetiva, assim, a Missão Evangélica Betânia, fornecer instrução acadêmica e religiosa sem fins lucrativos a todo jovem vocacionado, sem distinção de raça, credo ou classe social, contribuindo para o aprimoramento cultural da Nação.

Por outro lado, os diretores da entidade, não são remunerados e todo lucro é aplicado no Brasil, para ampliar e aperfeiçoar a obra segundo os objetivos estatutários.

Por estas razões, propomos o presente plano de lei esperando receber o imprescindível apoio dos eminentes Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Paraná hoje é um exemplo de progresso em todos os cantos do nosso país, sendo olhado e admirado com orgulho por todos nós brasileiros.

Este é o fruto colhido, pela dedicação, do nosso povo, que, unido, com um só objetivo, procura elevar cada vez mais o nome de nosso Estado.

Vamos voltar um pouco a história do Paraná, lembrar os seus municípios pioneiros, com seus primeiros colonizadores, aqueles que muito antes de nós já acreditavam nessa terra.

Aquela gente, que com a coragem e a força de seu trabalho, construíram o Paraná em que vivemos.

Hoje o poderio de nosso Estado, está concentrado em 290 municípios que formam nossa grande bandeira.

São 290 municípios unidos em uma só corrente positiva, com um único objetivo, o trabalho e o progresso.

O trabalho irmanado, homem a homem, município a município, povo e governo.

Na grande história de nosso Estado, não poderíamos deixar de registrar a fundação de nosso 22º município, criado pela Lei 651, em 26/03/1891, o Município de Imbituva.

São cento e cinco anos de dedicação e contribuição a nosso Estado, em que o povo imbituvense, marcado pela ordem, trabalho e a paz social, só bons exemplos nos tem dado, muito contribuindo para o progresso de nosso Estado.

Nesta oportunidade, não poderia deixar de pedir aos ilustres Pares, nesta Assembléia, que se registre um voto de louvor ao município e ao povo de Imbituva, que festeja seu 105 aniversário de fundação.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Como é sabido, a Lei que criou o Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, com sede em Curitiba, não previu os cargos de juiz substituto. O Tribunal Superior do Trabalho, notando essa falha da Lei, imediatamente, enviou ofício ao Ministério da Justiça, para ser transformado em mensagem ao Congresso Nacional criando os cargos de juiz substituto da 9ª região, para serem preenchidos mediante concurso público a ser realizado em Curitiba.

Ocorre que, em São Paulo, existem bacharéis aprovados no último concurso lá realizado, mas não nomeados, por não terem atingido a classificação. Esses bacharéis pretendem agora, alterar a referida mensagem ou o projeto para efeito de eles serem nomeados para os cargos no Paraná. Se isso acontecer estarão prejudicando todos os advogados, não só do Paraná, e Santa Catarina, como os de todo o Brasil.

Há, inclusive, um estudo elaborado em São Paulo, objetivando a mudança do projeto quando este estiver em tramitação no Congresso. Este estudo prevê a nomeação dos concursados de São Paulo, para os cargos de Juiz Substituto a serem criados na 9ª Região — Paraná - Santa Catarina — e a remoção de juízes de São Paulo para vagas que ocorrerão em Juntas de Conciliação e Julgamento do Paraná e Santa Catarina.

Se a pretensão dos paulistas tiver sucesso, os bacharéis de todo o Brasil, mormente do Paraná e Santa Catarina, verão frustrada a oportunidade de concorrerem àqueles cargos.

Mesmo sabendo da ilegalidade de sua pretensão os paulistas crêem que ela terá êxito. Inúmeros bacharéis do Paraná e Santa Catarina já estão se preparando para se submeter ao concurso que deverá ser realizado após a instalação do TRT - 9ª Região. Grande será a decepção destes profissionais se se consumir essa rasteira que os concursados de São Paulo estão engendrando para aplicar ao Paraná”.

É por esta razão, Sr. Presidente, que me permito subscrever o seguinte requerimento que encaminho à Mesa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo desta Casa ao Exmo. Sr. Governador do Estado, JAYME CANET JUNIOR, no sentido de que S. Exa. interceda junto às autoridades competentes para que não se concretize a pretensão de bacharéis aprovados em concurso para o preenchimento de vagas de juiz substituto no Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, de serem aproveitados no recém criado Tribunal similar em nosso Estado, o que seria uma flagrante injustiça contra todos os que têm direito de submeter a um concurso público.

Solicita, outrossim, o encaminhamento do expediente anexo ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Armando Falcão, ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Luiz Roberto de Rezende Puech, aos Exmos. Srs. Deputados José Bonifácio Lafayette de Andrada e Laerte Ramos Vieira, respectivamente líderes da ARENA e do MDB, na Câmara Fede-

ral e aos Exmos. Srs. Senadores Petrônio Portella e Franco Montoro, líderes da ARENA e MDB no Senado Federal.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Endereçamos através da Casa, requerimento ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências para normalização do tráfego da estrada que liga Palmeiras à cidade de Ponta Grossa.

Apesar dos insistentes pedidos que fizemos, aquele trecho continua intransitável, especialmente em dias chuvosos, pois que, nesses dias, quem quiser de Palmeira chegar em Ponta Grossa ou vice-versa, teria que vir ao Spréa.

Como não tivéssemos sido atendidos naquela reivindicação que não era nossa mas era da população de Palmeira, especialmente dos produtores que têm necessidade de usar esse trecho para chegar com seus produtos, da cidade de Palmeira à cidade de Ponta Grossa, fizemos, posteriormente, através também da Casa, um protesto junto ao Sr. Secretário dos Transportes, para que ele sentisse o drama especialmente, dos produtores do município de Palmeira, e municípios vizinhos que tinham necessidade de usar a estrada que noutros tempos era excelente e que hoje está em condições inferior a qualquer outra estrada do interior do município de Palmeira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que, nesta Casa, representamos uma parcela da vontade do povo palmeirense, que não nos confundimos com o Sr. Secretário dos Transportes, porque não fomos nomeados, fomos eleitos. Não podemos concordar que o Sr. Secretário dos Transportes não conhece a situação das estradas venha, através de ofício, querendo nos desmentir, e além do mais, dizer que nossas reivindicações são inoportunas.

Diz o Sr. Secretário dos Transportes, que pode afirmar que nosso requerimento é inoportuno porque essa estrada tem sido periodicamente revisada. Não é verdade. Nós temos transitado por esse trecho inúmeras vezes, com grandes dificuldades, e basta um simples aguaceiro, para não ser mais possível trafegar por ali.

Acho que inoportuno é o comportamento da autoridade administrativa que se descuida dos interesses do povo.

Diz mais o Sr. Secretário dos Transportes, para justificar sua argumentação, que já fez seis quilômetros de asfalto, de Ponta Grossa em direção a Palmeira. Mas fez seis quilômetros asfálticos para chegar ao aeroporto, porque talvez ele descera por ali, como já tem descido com seu helicóptero, tantas vezes, nas suas andanças políticas. Mas o povo que trabalha, esse não tem helicóptero para transportar sua produção. Ele precisa transportar sua produção através de veículos e caminhões, utilizando as estradas vicinais. Convido o Sr. Secretário dos Transportes, para passar pela estrada Palmeiras a Ponta Grossa e verá então, que as estradas estão pessimamente tratadas. E mais ainda, existem determinados trechos nas estradas que o mato está tomando conta dela.

Dê forma que, queremos deixar formalizado nosso protesto, pela maneira do Sr. Secretário dos Transportes tratar dos interesses principalmente da estrada do município de Palmeira. Como já fizemos sentir em outras vezes, também este tem sido o comportamento dele, com relação a estrada São João do Triunfo a Palmeira, onde estão entulhados montes de pedras, constituindo risco até de vida para aqueles que por ali transitam.

E se alguém duvidar do que estou dizendo, convido então

para passar por aquela estrada, e verá que estou falando a verdade.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo encaminhar à Mesa um requerimento dirigido à SANEPAR, pedindo a extensão da rede de água e esgoto à rua Elias Moisés Schilla, na Vila N. S. da Luz, onde existe um grupo escolar de mais de 200 crianças.

Desejo também ler cópia do discurso extraído do jornal "O Estado de São Paulo", de 23/04/76, sob o título "Jurista Defende Garantias e Condena Violências", para que conste dos Anais da Casa.

Diz o artigo:

(Lendo): "Ao assumir ontem a presidência do Instituto dos Advogados do Brasil, o jurista Eduardo Seabra Fagundes, filho do ex-Ministro Seabra Fagundes, afirmou que a brutalidade como forma de manifestação política, somente será superada nos países onde houver liberdade de imprensa, os juizes gozarem de garantias, os parlamentares tenham liberdade no exercício de seu mandato e "onde os torturadores sejam punidos e eliminados dos órgãos repressivos, onde nenhuma prisão ilegal possa ser subtraída ao imediato amplo e efetivo controle judicial, onde seja lícito contestar, pacificamente o regime sem receber o estigma de delinquente político e onde ninguém possa ser preso pelo simples fato de possuir idéias diversas das dos governantes".

Depois de afirmar que sua escolha para a presidência do IAB representava o desejo dos advogados de liberdade e do aprimoramento das instituições, Fagundes lembrou o papel histórico da entidade, uma das primeiras a defender a abolição da escravidão, "despertando decerto, a mesma incompreensão de que são alvo hoje os que defendem a coexistência do desenvolvimento econômico, ordem e segurança com o respeito aos direitos humanos e o Estado de Direito".

Os governos de quase todas as nações — salientou — ao invés de estimularem o aprimoramento das técnicas de investigação policial, incentivam ou aceitam o emprego da tortura como forma rotineira de combate à delinquência especialmente a de natureza política. A violência, os grupos que se opõem aos governos acuada e sem esperança de que se lhes permita alcançar o poder pacificamente, respondem com o terror. E os cultores do Direito assistem, impotentes, ao retorno do homem nos tempos em que a lei e a justiça lutavam para substituir a violência própria do primitivismo e, o que é pior, são testemunhas de que violência ainda mais terrível que a de tamanho, porque a Humanidade dispõe hoje de sofisticada tecnologia para infligir o sofrimento e causar a morte em larga escala".

O advogado lembrou que "é muito difundida hoje em dia, a idéia de que a subversão e o terror só podem ser eficientemente combatidos por governos fortes, desvencilhados dos freios democráticos". "Puro engano — destacou — Muito pelo contrário, o Estado autocrático tem em si mesmo o germe da subversão e do terrorismo. Os regimes ditatoriais constituem o caldo de cultura por excelência dos movimentos políticos clandestinos, que só sobrevivem ou têm alguma expressão se contarem com a simpatia ou complacência que somente existem se, a par de outros fatores, as minorias não tiverem ao seu alcance meios legais de defesa de suas idéias e de luta pelo poder".

"Também é enganoso — insistiu — supor que a escolha dos governantes pelo próprio povo redunde na seleção de dirigentes menos austeros do que os indicados pelas cúpulas governamentais. No plano econômico, as democracias vem de demonstrar que podem superar as mais graves crises sem necessidade de impor restrições à liberdade dos seus súditos, enquanto alguns governos fortes, sem embargo da enorme soma de poderes que

detém, continuam a braços com gravíssimos problemas de recessão e inflação".

O novo Presidente do Instituto dos Advogados recordou ainda que "nenhum povo pode pretender assimilar a democracia sem praticá-la com avanços e recuos, erros e omissões, mas independentemente da tutela de quem quer que seja".

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. — (Pausa) —

Não se encontrando na casa o ilustre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. — (Declina).

Tendo declinado o nobre Deputado Accioly Neto, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Facci. — (Declina).

Tendo declinado da palavra o Sr. Deputado Antonio Facci, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Paraná se acha envolvido, outra vez, numa questão de limites inter-estaduais com o vizinho Estado de São Paulo. O litígio abrange a segunda das três partes em que se dividirá o laudo arbitral do então Presidente Epitácio Pessoa.

Isto é, abrange o trecho da linha divisória entre o "meio do isthmo do Varadouro, e ali busca o divisor das águas que correm, à direita, para o mar e o canal do Arapira, e, à esquerda, para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; segue por este divisor até o alto da Serra Negra e por esta até à altura do morro existente entre ella e a Serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro às nascentes do rio Pardo, nesta última Serra, e pelo Rio Parto até ao Ribeira. . . "

Na ocasião oportuna, volatermos ao laudo de Epitácio Pessoa, escolhido como árbitro único e de comum acordo entre os Governos de São Paulo e do Paraná.

Como se trata de questão de vital importância, em que mais de 55 mil alqueires de terras férteis voltaram a ser objeto de disputa, quando sobre as mesmas o Paraná sempre teve jus, domínio e posse, — direitos esses reconhecidos e reafirmados, taxativa e indubitavelmente, pelo laudo Epitácio Pessoa, de 1920 — esta Casa não pode silenciar, como jamais silenciara em outras idênticas oportunidades, no momento em que há uma tentativa paulista de esbulhar-nos.

Não podemos calar quando coisas estranhas e danosas se verificaram no âmbito governamental, em nosso Estado; quando populações paranaenses são oprimidas, perseguidas e enxotadas do solo que, histórica e juridicamente lhes pertence; quando o direito de propriedade é violado, quando a economia particular é abalada e quando impede-se que o Erário Público prossiga na sua ação legal e moralizadora de fiscalizar e de arrecadar os tributos legitimamente devidos.

Consultamos farta documentação histórica, anotamos depoimentos e arrazoados de notabilidades paulistas, socorremos-nos das luzes de geógrafos e de cartógrafos renomados, munimo-nos de mapas antigos e modernos, quer do Estado do Paraná, quer do Estado de São Paulo. Temos, em mãos, relatórios, estudos, pareceres; temos, em mãos, riquíssima coleção de obras de História, de Geografia e de Direito; temos, em mãos, mapas originais, levantamentos cartográficos, micro-filmes obtidos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nessa tarefa, contamos com a colaboração valiosa do historiador paranaense Mathias Júnior, que realizou, em algumas vezes, trabalho de grande profundidade, nas mais importantes entidades culturais do país.

Todo esse valiosíssimo e insuspeitíssimo material aponta os direitos impostergáveis do Estado do Paraná.

De um lado, a cobiça oficial ante a riqueza das reservas florestais e das jazidas de variados minérios na região. De outro lado, é o "grileiro" sem escrúpulo.

Se este trabalho parecer longo, ele o é, ainda assim, uma síntese, bastante contraída, do muito que temos a dizer e a

comentar.

Tentarei um resumo da história da formação de São Paulo e do Paraná, inclusive a questão de limites inter-estaduais que, não obstante inexistente para as populações avizinhanças, se desenrolou desde a nossa emancipação político-administrativa até o laudo saneador do Presidente Epitácio Pessoa.

Veremos, então, numa segunda etapa, a violação, pura e simples, do laudo arbitral, que, conforme o Termo, solenemente firmado, em Curitiba, pelos Presidentes Afonso Alves de Camargo e Altino Arantes, e mais outras pessoas gradas, teria de ser irrevogável e irrecorrível.

O fato é tanto mais condenável porque o Congresso Legislativo de São Paulo — como o fizera o Congresso Legislativo do Paraná, aprovara o laudo arbitral referido, transformando em lei estadual a linha divisória então estabelecida. A aprovação se dera em dois anos consecutivos da mesma legislatura. E o Congresso Nacional ratificou, por fim, a decisão das duas Casas Legislativas Estaduais, graças ao que cumpriu-se integralmente o rito estatuído pela Constituição de 1891; então em vigor.

Deixemos, no entanto, cada tema aflore consoante a sua oportunidade, para que não se tumultue a exposição pretendida.

Veremos, a cada passo, a má fé e a malícia a presidir atos e palavras de autoridades bandeirantes, despreocupadas em honrar compromissos assumidos solenemente em nome de São Paulo.

Veremos como o Paraná tem sido vítima da sua lhanza e da sua lealdade, e de como, por mais de uma vez, o seu território esteve ameaçado de mutilação, em benefício do vizinho. Movimentos sub-reptícios ocorreram sem uma explicação plausível, mas passíveis de graves suspeitas.

Até quando seremos lesados, impunemente?

A Carta Régia de 20 de novembro de 1530 havia estabelecido o comando de Martim Afonso de Souza, sobre a flotilha, partida de Lisboa, com a missão de conhecer e povoar a costa do Brasil, até o rio da Prata.

No rio da Prata, houve o naufrágio do navio-capitânea, e se registraram alguns outros incidentes, relatados por Pero Lopes de Souza, no seu "Roteiro".

Observou-se que corsários de várias nacionalidades, sobretudo francesa, infestavam as costas brasileiras, visando estabelecer comércio de produtos nativos com as tribos indígenas radicadas no litoral.

Em consequência, a Coroa Portuguesa deliberou apressar o povoamento das terras descobertas, sob pena de perdê-las para outras bandeiras.

Surgiu daí a idéia da divisão territorial do Brasil em Capitâneas, a serem entregues a homens de prôl, em retribuição a serviços prestados ou desejosos de porem em execução os planos reais, com a fundação de núcleos de população e com a exploração comercial dos recursos naturais abundantes.

Martim Afonso de Souza, e seu irmão Pero (ou Pedro) Lopes de Souza foram aquinhoados.

O foral de 20 de janeiro de 1535, confirmação da Carta Régia de 6 de outubro de 1534, determinou:

"... hei por bem de mandar repartir e ordenar em Capitâneas, de certas em certas legoas, para dellas prover aquellas pessoas que a mim me parecer, porque guardando eu a criação que fiz em Martim Affonso de Sousa, do meu Conselho, e aos muitos serviços que me tem feito, e ao diante espero que me faça, e por folgar de lhe fazer mercê do meu proprio-motu, certa sciencia, Poder Real e absoluto, e sem nol-o elle pedir, nem outro por elle: Hei por bem e me praz de lhe fazer, como de feito por esta presente Carta faço, mercê e irrevogável doação entre vivos, valedora deste dia para todo o sempre, de juro e herdade, para elle e para todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores que apoz elle vierem, assim descendentes como transversaes, e os lateraes, segundo adiante irá declarado, com legoas de terra na dita costa do Brazil, repartidas desta maneira: cincoenta e cinco legoas que começarão de treze legoas ao

N (norte) de Cabo Frio e acabarão no rio de Curupacé, e do dito Cabo Frio começarão as ditas treze legoas ao longo da costa para a banda N (norte), e no cabo dellas se porá um padrão de minhas armas, e se lançará uma linha pelo rumo do Noroeste até a altura de 23º; e desta dita altura se lançará uma linha que corra directamente a Loeste, e se porá outro padrão da banca do N (norte) do dito rio Curupacé; se lançará uma linha pelo rumo Noroeste até a altura de 23º e desta altura cortará a linha directamente a Loeste; e as quarenta e cinco legoas que fallecem, começarão do rio de S. Vicente, e acabarão doze legoas ao S (sul) da ilha da Cananea, e no cabo das ditas doze legoas se porá um padrão, e se lançará uma linha que vá directamente a Loeste do dito rio de S. Vicente, e no braço da banda do N (norte) se porá um padrão e se lançará uma linha que corra directamente a Loeste. E serão do dito Martim Affonso quaesquer ilhas que houver até dez legoas ao mar na fronteira e demarcação e serão de largo ao longo da cota, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista; da qual terra e ilhas pelas sobreditas demarcações as sim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todos o sempre, como dito he, e quero e me apraz que o dito Martim Affonso e todos os seus herdeiros successores, que a dita terra herdarem e succederem, se possam chamar e chamem Capitães Governadores della..."

Pero Lopes de Sousa foi contemplado pela Carta Régia de 01 de setembro de 1531:

"... Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê, como de feito por esta presente Carta faço mercê e irrevogável doação entre vivos... de oitenta legoas de terra na dita costa do Brazil repartidas n'esta maneira: quarenta legoas que começarão doze ao S (sul) da ilha de Cananea e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 28º e um terço; e na dita altura se porá um padrão, e se lançará uma linha que corra a L (leste) e dez legoas que começarão do rio de Curupacé, e acabarão no rio de S. Vicente; e no dito rio de Curupacé da banda do N (norte) será outro padrão, e se lançará uma linha pelo rumo Noroeste, até a altura de 23º, e d'esta dita altura cortará a linha directamente a Loeste; as trinta legoas que fallecem..."

Alfredo Moreira Pinto nos ensina, nos seus "Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil" (editado em 1899, no Rio de Janeiro, vol. 3), que "ao território concedido a Martim Affonso de Souza denominou-se Capitania de S. Vicente, por haver o mesmo Donatario se estabelecido à margem do rio do mesmo nome. A de Pero Lopes de Sousa, encravada no território do seu irmão, chamou-se de Santo Amaro".

Acrescenta:

"Alguns autores asseguram que o nome de S. Vicente fora imposto por Martim Affonso de Souza, mas nisto há manifesto engano.

"Esse nome foi dado ao rio, hoje conhecido por Casqueiro por D. Nuno Manoel quando Americo Vespuccio fez a primeira viagem ao Brazil em 1501; e por isso deu-se o nome de Rio de Janeiro á bahia que lhes pareceu rio no 01 de janeiro de 1502; assim como chamaram Angra dos Reys, S. Sebastião, e S. Vicente os pontos em que tocaram a 6, 20 e 22 de janeiro do anno citado de 1502".

"É tão certo é o que acabamos de dizer, que Pero Lopes de Sousa, no seu Roteiro, já denomina rio de S. Vicente, e em cujas margens se fundou a villa do mesmo nome; é porto tão bem conhecido pelos navegantes e pilotos portuguezes que foi o escolhido pela armada para se preparar para a volta a Portugal, depois dos desastres que tiveram no rio da Prata".

Esclarece Pero Lopes de Souza, no seu "Roteiro":

"A todos nós pareceu tão boa esta terra, que o Capitão (Martim Affonso) determinou de a povoar, e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas, e fez uma villa na ilha de S. Vicente, e outra vove legoas dentro pelo sertão, à borda de um rio, que se chama Piratininga; e repartiu a gente n'estas duas vil-

las e fez n'ella Officiaes e poz tudo em boa ordem de Justiça, de que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar villas, ter leis e sacrificios, e celebrar matrimonios; viverem em communicacão das artes; e a cada um, senhor do seu; e vestir as injurias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversavel”.

Eis as informações do historiador Pedro Taques de Almeida Pais Leme ao Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão, Capitão General e Governador da Capitania de S. Paulo:

“Fundada a primeira villa, que foi a de S. Vicente, por Martim Affonso de Souza, senhor Donatario das cem legoas de costa, para povoar e fundar esta Capitania, por Doação e Mercê, que lhe fez de juro e herdade, El-Rei D. João o 3º, por carta passada em Évora, aos 20 de janeiro de 1535, o mesmo Donatario, que alguns annos assistiu na primeira villa de S. Vicente, fundou a de Santos (nota: Santos foi fundada por Braz Cubas, embora no territorio da Capitania de S. Vicente); e a terceira foi a de Conceição de Itanhaen, que era povoação feita por um castelhano João Miz. Ordonho.

“Tendo penetrado a Serra de Paranapiacaba (hoje, Cubatão), João Ramalho, natural da villa de Boucellas, da Comarca de Vizeu, que foi o primeiro europeu que se animou a isso (faleceu em S. Paulo, com mais de 130 anos), e com o seu exemplo subiram outros, que já eram moradores de S. Vicente, e fizeram uma limitada povoação na safda do mato, a que ainda hoje se diz Borda do Campo — com vocação de Santo André; e até que em 8 de abril de 1553, foi aclamada em villa por Antonio de Oliveira, Cavalleiro-Fidalgo e Capitão Ouvidor Loco-Tenente do dito Donatario Martim Affonso de Sousa.

“Depois os Religiosos da Companhia, dos quaes era superior o Pe. Manoel da Nobrega, que residiam no seu Collegio de S. Vicente, subiram a dita Serra de Paranapiacaba, onde fizeram construir uma casinha coberta de palha, na qual se celebrou a primeira Missa no dia da Conversão de São Paulo, aos 25 dias do mez de janeiro de 1554, e ficou assim chamando-se a dita Casa, da qual tomou depois o nome de villa, que se formou com a transmigração de todos os moradores de S. André. Isto se obrou por supplica que fez o Pe. Luiz da Gran, Provincial dos Jesuitas, quando se achou no Collegio da Villa de S. Vicente, para onde veio ao anno de 1560, tendo sahido da Bahia na companhia de Men de Sá, Governador Geral do Estado, que depois de conquistar Fortaleza que havia construido Nicolau de Villegaignon (o nome certo é Villegaignon) moyos, se recolheu à villa de S. Vicente, em dito anno de 1560. Por isso ficou se chamando villa de S. Paulo do Campo de Piratininga. E no Arquivo da Camara (de S. Paulo) ha um Canderno do anno de 1562, em que diz Villa de S. Paulo de Piratininga”.

Com a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, constituiu-se a Capitania desse nome, à qual ficaram subordinadas, administrativa e juridicamente, as Capitánias de S. Vicente e de Santo Amaro.

Creado o Governo Central da Bahia em 1658, a jurisdição passou para este até 1698, quando tornou ás mãos da Capitania do Rio de Janeiro.

Mas, não demorou que fôsse constituída uma Ouvidoria separada em S. Paulo.

Afonso D'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay, na época Diretor do Museu Paulista, fizera levantamento das obras de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, e promovera a publicação dalgumas. Lastimou, entretanto, o fato de outras permanecerem inéditas, porque consideradas perdidas.

O fato é que diversos trabalhos, tidos como inéditos, foram posteriormente publicados, todos sobre História, e calcados em documentação conseguida em Cananéia, Itanhaen, S. Vicente, Santos e S. Paulo.

Acontece que Pedro Taques era descendente de Martim Afonso de Souza, como o era o Morgado de Mateus, Capitão-General e Governador da Capitania de S. Paulo de 1765 a 1775.

Tendo surgido, no século anterior, grave conflito de interesses entre as Casas de Vimieiros e de Monsanto em torno dos direitos sobre as ex-Capitanias de S. Vicente e Santo Amaro, esta denominada, mais tarde, Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen, Pedro Taques foi convocado pelos parentes da Casa dos Vimieiros para a descoberta e exame de documentos que favorecessem a eles.

Quem mais insistia era D. João de Faro, Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa e tio do 4º Conde de Vimieiro.

Embora enfermo, Pedro Taques não se fez surdo às solicitações, e pode-se dizer que lhe cabe, quase unicamente, a glória do deslindamento da questão. O reconhecimento dos direitos da Casa dos Vimieiros foi feito tardiamente, como se verá logo adiante.

.....

Antes de entrar no mérito da questão, abramos um parêntesis.

Quando Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Prof. Celso Cunha pôde adquirir o Arquivo da Casa de Mateus, organizado pelo Morgado de Mateus, e trouxe-o para a instituição sob seus cuidados.

A esse Arquivo, veio a ter acesso o historiador Helio Viana. Dentre as valiosas peças, encontrou ele oito cartas inéditas de Pedro Taques ao Principal D. João de Faro, sobretudo com indicações históricas que poderiam contribuir para o ganho de causa da Casa dos Vimieiros.

As cartas foram publicadas, com anotações, por Helio Viana, no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, entre abril e outubro de 1966. Depois, em face do grande valor delas, a Biblioteca Nacional, aproveitou o trabalho do historiador, e publicou um livro sob o título “S. Paulo no Arquivo de Mateus”.

.....

As cartas de Pedro Taques nos contam o desenvolvimento da disputa que envolveu territórios paulistas e outros, hoje paraenses.

Lopo de Sousa, filho de Martim Afonso de Souza, se tornara o segundo Donatário da Capitania de S. Vicente. Com a sua morte prematura, assumiu o posto o filho bastardo, também chamado Lopo de Sousa. Mas, a irmã do primeiro Lopo de Sousa, D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa do Vimieiro, por seu casamento com D. Francisco de Faro, provou que aquele morrera solteiro, sem descendência legítima, e que o filho bastardo, do mesmo nome, via desistido de todos os direitos em favor dela sobre a Capitania de S. Vicente pela escritura de 07 de março de 1611, no Tabelião de Lisboa, Baltasar de Almeida. E El-Rei D. Felipe (IV de Espanha e III de Portugal) lhe confirmou a doação por carta passada em Lisboa a 22 de junho de 1621.

Sucedeu que, em 1653, D. Diogo de Faro aquinhoara a sua filha, também chamada D. Mariana de Faro, com o dote da Capitania Hereditária de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen, por ocasião do casamento dela com D. Luiz Carneiro de Sousa, 1º Conde da Ilha do Príncipe.

O 5º Conde da Ilha do Príncipe e 1º Conde de Cascais promoveu, em 1753, a cessão de direitos sobre a Capitania Hereditária de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen à Coroa de Portugal peço preço, em moeda corrente, de 40 mil cruzados, mais uma luva de 4.000 cruzados.

O Principal D. João de Faro e o seu sobrinho, o 4º Conde de Vimieiro, alegavam que a doação feita à irmã por D. Diogo de Faro era nula de pleno direito pelo fato de que, na Carta Régia de D. João III a Martim Afonso de Sousa, era terminantemente vedado “partir, nem escambar, espedaçar, nem em outro modo alhear, nem em casamento a filho ou filha, nem a outra alguma pessoa de cativo, nem para outra coisa, ainda que seja mais pie-

dosa, porque minha tenção e vontade é que a dita Capitania e Governança e coisas ao dito Capitão e Governador nesta Doação dadas, andem sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum; e aquelle que a partir ou alienar ou espedaçar, ou ceder em casamento ou para outra coisa, por onde haja de ser partida, ainda que seja mais piedosa, por esse mesmo feito perca a dita Capitania e Governança e passe directamente àquelle a que houvera de ir, por ordem de succeder sobredita, se o tal que assim não cumpriu fôsse morto”.

Houve uma agravante no caso:

Ao invés de haver sido entregue pelo 5º Conde da Ilha do Príncipe e 1º Conde de Cascais, à Coroa de Portugal, a Capitania Hereditária de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen, o foi a Capitania de S. Vicente, que não poderia ser objeto de negociação, porque propriedade dos descendentes directos de Martim Afonso de Sousa, isto é, D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro, por ser neta do primeiro Donatário.

No ano de 1770, Pedro Taques remetera três cartas ao Principal D. João de Faro, e, na segunda, é significativo o seguinte tópico:

“... quiz a sorte lisongear-me com o indizível gosto de que a minha diligencia conseguisse o excellento documento que faz totalmente verificar o despotismo, violência e roubo de Fernão Vieira Tavares, Provedor da Fazenda Real, contra a Exma. Sra. D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro, em 1624, a favor do Conde de Monsanto, que por essa injustiça se introduziu nas villas de S. Vicente, S. Paulo, Santos e Mogy das Cruzes, das quaes se achava em actual posse a dita Snra. Condessa”.

Convém um esclarecimento, antes de continuarmos:

A História se refere aos Condes de Monsanto, aos Condes da Ilha do Príncipe, aos Condes de Cascais e aos Condes de Lumiares. Todos são uma Casa só. Os títulos honoríficos foram sendo adquiridos pela ordem de citação, em reconhecimento a serviços prestados à Coroa de Portugal.

Prossigamos:

Desde 1709, a antiga Capitania de S. Vicente já se transformara em Capitania Real de S. Paulo e Minas de Ouro.

Durante os longos anos em que a pendência continuou, os territórios das antigas Capitánias ora ficaram com prepostos da Casa de Vimieiro, ora com os da Casa Monsanto, depois Ilha do Príncipe, depois Cascais, e, finalmente, Lumiares.

Interessa-nos, como episódio da História do Paraná, esse litígio.

No século XVI, as terras ao sul de Cananéia — desertas e tidas, pelo Tratado de Tordesilhas, como pertencentes à Coroa de Castella, — se denominavam terras de Santa Anna.

Em face do litígio Vimieiro-Cascais, as terras de Santa Anna passaram a ser conhecidas sob o nome de Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, ou Capitania de Paranaguá, ou Pernaguá, cuja existência foi efêmera.

Com o falecimento, em 1777, em S. Paulo, de Pedro Taques de Almeida, outras pessoas, — algumas com destaque, — intervieram na questão entre as duas Casas, estando no número o Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos e Sousa.

Depois de mais de 150 anos de lutas judiciais, a solução foi imprevista. Digam-no o “Catálogo” da Parte III — 37 — Documentos Históricos”, do Arquivo Histórico do Itamarati, 2ª Série, Avulsos de 1822-1930, documento guardado na lata nº 249, amço nº 4, onde se lê:

“Relação dos vencimentos que (faltam palavras) processada no Conselho Ultramarino; e a segunda na Contadoria Geral do Rio, consta pagarem-se a diversos, em compensação dos bens que seus antepassados possuíam no Brasil, e ficaram pertencendo à Coroa, a saber:

.....
“1.600\$000 — À Casa de Vimieiro (aliás, Vimieiro), “pagos a quartéis vencidos e sem desconto da decima, pela impor-

tancia do juro que Sua Magestade foi servido mandar-lhe pagar no Real Erario, por escambo da Capitania de S. Vicente, hoje denominada de S. Paulo”.

“Como se vê, — assinala o historiador Helio Viana, — foi mesquinha, e não vultosa, como esperavam os Vimieiros e os defensores de seus direitos, no Brasil, a indenização alcançada”.

.....
Com a proclamação da Independência, o que era Capitania se transformou em Província. Mas, a de S. Paulo, que ocupara enormíssima extensão territorial, havia sofrido numerosas mutilações no decurso do tempo.

Nada melhor do que consultar Afonso A. de Freitas, — nascido em 1868 e falecido em 1930 — pois sua “Geographia do Estado de São Paulo”, edição de 1906, nos revela:

“Quando a 9 de novembro de 1709, foi dado à Capitania de S. Vicente, já então denominada de S. Paulo, em virtude da transferência, a 22 de março de 1681, de sua sede, da villa de S. Vicente para a de S. Paulo, governo independente do do Rio de Janeiro, ao qual estava subordinada desde 10 de julho de 1658, comprehendia ella os territorios dos actuaes Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Matto Grosso, Goyaz e Minas Geraes, e confinava ao Sul e a Oeste com as possessões espanholas (Uruguay, Argentina, Paraguay e Bolívia) e ao Norte e ao Nascente com os territórios do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, elevados a cathogoria de Capitánias Independentes, occupando a area de 3.524.721 kilometros quadrados, ou cerca de 2/5 partes do Brasil.

“Não conservou, porem, por muito tempo, sua integridade esse immenso territorio, sendo logo desmembrado para formação de novas Capitánias. Assim é que foram desannexados, a 2 de dezembro de 1720, o territorio de Minas Geraes, passando a formar Capitania a parte: a 11 de agosto de 1738, o de Santa Catharina e Rio Grande do Sul, para serem incorporados à Capitania do Rio de Janeiro, e finalmente, a 9 de maio de 1748, os de Cuyabá (Matto Grosso) e Goyaz, elevados à cathogoria de Capitánias Independentes, e sendo os restos do territorio paulista reunidos á do Rio de Janeiro.

“A 6 de janeiro de 1765, é restaurada a Capitania nos limites de 9 de maio de 1748, vindo, porem, a sofrer novo corte em seu territorio, com o desmembramento em 1853 (Decreto n. 704, de 29 de agosto de 1853) de toda a região de que se formou o Estado do Paraná.

“Com a elevação do Brasil a reino unido á Portugal, a 15 de dezembro de 1815, passou a Capitania de S. Paulo, assim como todas as outras, á cathogoria de provincia, e com a mudança do regimen governativo a 15 de novembro de 1899, a Estado autonomo e federado da Republica Brasileira”.

.....
Documento interessante é o que Antonio Vieira dos Santos publica, em sua “Memoria Historia da Cidade de Paranaguá e seu município”, relativo ao ano de 1725.

Trata-se de ata, lavrada a 10 de fevereiro de 1725, “nas cazas em que mora o Governador e Capitão General desta Capitania Rodrigo Cezar de Menezes sendo ahi presentes o Doutor Ouvedor Geral Francisco da Cunha Lobo, e o Doutor Antonio Alves Lanhas Peixoto nomeado novamente para Ouvedor Geral da Commarca de Paranaguá, com as Villas da Côsta do mar; que lhe hão de ajuntar dividindo se desta Commarca de S. Paulo, e achando se juntamente os Juizes e Officiaes da Camara desta Cidade”.

Por proposta do Capitão-General e Governador, e por vontade de Sua Magestade, zeloso pela comodidade dos seus vassallos, em vista da grande distancia entre Paranaguá e S. Paulo, criaram-se duas Comarcas — uma, de Paranaguá, e outra, de S. Paulo —, “ficando cada huma com hum Ouvedor Geral e Corregedor da Commarca”.

Decidiram, ainda, “votar e repartir as villas que devião

ficar hua das Comarcas", "assentarão todos uniformemente que devião pertencer a Comarca de Paranaguá a Villa de Igua-pe, a Villa de Cananéa, a de S. Francisco, a ilha de Santa Catharina, a Villa da Laguna e dahi por diante té no rio da prata, e da Serra acima a Villa de Nossa Senhora dos Pinhaes de Coritiba, correndo té o lugar das Furnas, inclusive, que he sertão povoado; e que no que estava por povoar, fazendo-se daqui por diante descobrimentos ou povoações pelas suas marcações: ficarião as innovadas povoações pertencendo a Paranaguá lançando hua linha imaginaria do nascente ao poente do Termo em que hoje fica confinando com a ultima baliza; e devizão entre as terras de Sm. Paulo e Paranaguá..."

O memorialista Vieira dos Santos narra que, a 16 de dezembro de 1727, "a Camara passou a medir e tomar posse de trezentas braças de terras no Barador Velho, no Rocio e portode Superaguy e barra que vae para o Varador". A 17, "forão medir e tomar posse de outras trezentas braças de terras no Varador novo". E, a 5 de dezembro de 1765, o Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, ordenou "ser preciso formar se na Enseiada de Guaratuba, do districto de Paranaguá, huma povoação; e para princípio della necessitava ao menos de 200 Cazaes de homens para cultivarem as terras descobertas..." A povoação de Guaratuba teve início a 19 de março de 1770, graças ao trabalho desenvolvido por Afonso Botelho de Sãopau e Sousa, igualmente fundador de Arapira.

Em Vereança de 15 de julho de 1809, a Camara "mandou publicar hum edital sobre a Sysmaria de terras que pedirão ao General Capitão de meia legoa no rio da Serra Negra, na paragem das tres barras, que se achavão devolutas e fazião pião nas capoeiras de Manoel Joze dos Anjos, correndo rio acima, setecentas e sincoenta braças; e outras tantas na direcção do rio abaixo.

Importante êsse edital, porque demonstra e comprova a jurisdição da Câmara de Paranaguá sobre o território abrangido pela bacia do rio Serra Negra. Outra confirmação veio da provisão de 18 de abril de 1815, dada pelo Conde da Palma a João Alves Cordeiro de Guarda-mór das terras minerais dos rios da Serra Negra e do Açongui.

Produto da Resolução de 12 de dezembro de 1811, o Alvará de 12 de Maio de 1812 "determinou que Coritiba ficasse sendo a cabeça da Comarca; e a residencia do Juiz de Fora em Paranaguá". Essa Resolução foi "tomada em consulta da mesa do Desembargo do Paço".

.....

Não obstante, a criação da Comarca de Paranaguá, — com a escolha posterior de Curitiba como cabeça de Comarca —, não desfrutávamos de suficiente autonomia político-administrativa. Dependíamos inteiramente, no princípio, do Capitão-General e Governador da Capitania, e, mais tarde, do Presidente da Província de São Paulo.

As comunicações eram demoradas e difíceis, uma vez que, na prática, existia apenas a estrada de ligação dos "Campos de Curitiba", com Sorocaba, onde se instalava, anualmente, a conhecida Feira e para onde os nossos tropeiros conduziam, desde os campos de Vacaria, no atual Rio Grande do Sul, as manadas de muare e de cavaleares.

É bem de ver quão graves prejuízos se acarretavam à Quinta Comarca pela negligência e pelo desconhecimento dos problemas instantes, por parte das autoridades implantadas na capital paulista. As rendas públicas, derivadas da Quinta Comarca, se constituíam em instrumentos de progresso econômico, social, e político da Comarca de São Paulo, em detrimento dos interesses mais sãos das populações contribuintes.

A displicência e o fato de, em virtude das enormes distâncias de permeio, deixarem-nas a salvo dos grupos de pressões paranaenses, ajudavam no atrazo de soluções para problemas urgentes. As autoridades sediadas em São Paulo não levaram em conta os interesses, até de caráter nacional, que se avolumavam

na Quinta Comarca, esquecidas do fato de que tínhamos ao sul e ao oeste o castelhano aguerrido e permanentemente agitado.

A incúria oficial e a desestima das autoridades paulistas por tudo quanto se originasse daqui, apesar dos ingentes esforços de nossa parte, para uma aproximação e para uma integração maiores entre as duas Comarcas, contribuiu para o florescimento de um sentimento autonomista cada vez mais acentuado.

Bento Vianna, à frente de sua tropa, em cerimônia oficial, conclamou as autoridades a promoverem a separação da Quinta Comarca e a erigirem-na em nova Província.

Na Vereança de 6 de julho de 1811, a Câmara de Paranaguá fez sua primeira representação à Sua Alteza Real, o Príncipe D. João, mais tarde El-Rei D. João VI, "para ser dividida esta Comarca em nova Província".

O ofício de 25 de abril de 1812, endereçado pela Câmara de Paranaguá "ao Illustrissimo Senhor Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, relativo a que elle promovesse na Côrte do Rio de Janeiro, a separação tão appetecida desta Comarca", havia sucedido a um pronunciamento da mesma Casa, a 7 de abril de 1812, em que afirmava:

"A Camara sendo amiudadas vezes reprehendida pelos Generaes e Governadores da Província, pela Junta da Real Fazenda, Ouvidores da Comarca; e desfeiteada a cada momento; pelas arbitrariedades e despotismos dos Governadores da Villa e Vigario della, DESEJOU ARDENTEMENTE A SEPARAÇÃO DA COMARCA EM NOVA PROVINCIA SEPARADA DA DE SÃO PAULO E QUE A CAMARA PASSADA TINHA DADO IMPULSO NA SUA REPRESENTAÇÃO DE 6 DE JULHO DE 1811".

João da Silva Machado, Barão de Antonina, Paula Gomes e muitos outros se incorporaram, com entusiasmo cívico, ao movimento autonomista. Cada qual em sua área de ação, todos trabalharam com afinco, junto às suas importantes relações políticas na Côrte, a fim de que se creasse o clima psicológico necessário para a consecução de propósito tão alevantado.

Conta-se que Paula Gomes, tropeiro de profissão e homem rico, era um "virtuoso" do violino. Chegado a S. Paulo ou à Côrte no Rio em trajes rústicos com que palmilhava os invios caminhos, aprimorava-se no vestir e comparecia aos saraus aristocráticos. O violino desfiava, romanticamente, as valsas e as modinhas da época, deixando muitas moças suspirosas. E, depois da exibição artística, tanto mais apreciada porque se tratava de homem solteiro, bem apessoado e rico, Paula Gomes fazia pregação sobre a necessidade da Quinta Comarca tornar-se Província, e mostrava as reais vantagens para o Brasil com esse desideratum. Tais a força e a convicção de seus argumentos que Paula Gomes, dentro em pouco, dispunha, em toda parte, de fervorosos adptos... e de adéptas ainda mais fervorosas...

Tivemos pela frente opositores do porte de José Bonifácio e do seu irmão Martim Francisco de Andrade e Silva. Nascidos em Santos e com grande força política no I e no II Impérios, destruíram, por mais de uma vez, as ofensivas paranaenses em busca do sonho dourado da redenção político-administrativa.

Depois dos irmãos Andrade e Silva, outros não menos prestigiosos políticos bandeirantes se opuseram, com unhas e dentes, às legítimas pretensões nossas.

Isto explica a razão, pela qual o movimento precisou de quase meio século de luta contínua e vigorosa para impor-se. Ontem como hoje, os paulistas sempre tiveram predomínio nas altas esferas do país. Suas opiniões, — sobretudo, os seus interesses políticos e econômicos, — eram acatadas e atendidas.

Faziam-se mister acendrado sentimento paranista, perseverança e indômito espírito de luta para que pudessem ser anulados todos os obstáculos que se antepunham à campanha em favor da separação da Província de S. Paulo.

Vejamos, a propósito, mais alguns dados históricos:

Vejamos, a propósito, mais alguns dados históricos:

Na Vereança de 1.º de julho de 1833, por exemplo, a Câmara de Paranaguá oficiou às Câmaras de Iguape, Cananéia (Vejam bem: Iguape e Cananéia pertenciam à Quinta Comarca), bem como às Câmaras de Guaratuba, Antonina, Curitiba, Príncipe (hoje, Lapa) e Castro, "para de *commun accord*o representarem à Assembleia Geral Legislativa (hoje, Congresso Nacional), a desmembração desta Comarca da Capital Sm. Paulo; erigindo se em nova Província para felicidade dos novos pela dificuldade de recursos de há da Capital".

Paranaguá recebeu o apoio solicitado.

Ao mencionar os relevantes serviços prestados pelo Comendador Manoel Francisco Correia Junior, a Câmara de Paranaguá assinala:

"... elle finalmente em o mez de Setembro de 1842 instou, e pediu a todos os Eleitores do Circulo do Collegio Eleitoral de Paranaguá a que se fizesse hua representação a Sua Mage. Imperial supplicando lhe a graça de ser elevada a Commarca á cathogoria de Província, o que conseguiu, tanto era o desejo do seu patriotismo de ver elevada á sua patria á Capital de hua Província; apogeu da maior franqueza depois, elle mesmo, se encarregou de remetter esta Representação ao Presidente da Província implorando o seu patrocínio para a fazer enviar a Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio por via do Marquez de Paranaguá a quem escreveo sobre este fim, finalmente indo ao Rio de Janeiro em maio de 1843 - se empenhou com os Deputados p.r Sm. Paulo o Dor. Joaquim Joze Pacheco e o Conçelheiro Carlos Carneiro de Campos, para que na Assembleia Geral Legislativa (Congresso Nacional) falassem a favor da pretensão que tinham os povos da Commarca - O Dor. Joaquim Joze Pacheco fez na Assembleia hua indicação que se pedisem esclarecimentos ao governo sobre taes requerimentos; e o Conçelheiro Carlos Carneiro de Campos, apprezentou hua proposta de Ley sobre a separação da Commarca elevando se a Província, a qual passou na primeira e segunda discussão; e foi a favor della Honorio Ernesto Carneiro Leão; Menistro da Justiça; e Joaquim Joze Rodrigues Torres Menistro da Marinha, mas desde então com a mudança de partidos politicos de Outros Deputados de diferentes opiniões contrarias aos daquela Legislatura não tem apparecido a ultimação deste projecto de Ley; mas he de esperar que, a Commarca venha a merecer a cathogoria de Província e a Cidade de Paranaguá a Capital da mesma, eis aqui os documentos promovidos pelo Zelo e patriotismo do Cidadão Paranaense".

Nunca será demais o relato da marcha burocrática, isto é, nos canais burocráticos competentes, da persistente campanha autonomista. Daí, o que se segue, sempre no linguajar da época:

A 26 de novembro de 1842, o Presidente da Província de S. Paulo baixara Portaria "participando ter recebido do Prezidente seu antecessor o Offício de 1.º de Novembro que acompanhava a Representação á Sua Magestade Imperial, que dirigirão os Eleitores do Circulo do Collegio Eleitoral de Paranaguá, Supplicando a graça de ser elevada a cathogoria de Província, a qual a tinha enviado ao Marquez de Paranaguá com o Offício que a havia acompanhado para o fim de se levar ante - o throno de Sua Magestade -". Assinava-a o Presidente da Província, Joze Carlos Pereira de Almeida Torres.

Na Portaria de 21 de dezembro do mesmo ano de 1842, dirigida ao Comendador Manoel Francisco Correia Junior, o Marquês de Paranaguá disse:

"Accuzando a recepção do Offício que Vmce. dirigio a esta Secretaria de Estado, com data de 1.º de Novembro findo, acompanhando a Representação dos eleitores do Circulo do Collegio Eleitoral de Paranaguá, pedindo a separação da Commarca de Curitiba, e a sua criação em Província, sendo Capital essa Cidade (no caso, Paranaguá); tendo de significar a Vmce. para sua intelligencia, o governo que, foi prontamente transmittido á repartição dos Negócios do Imperio, aquelle requeri-

mento para ser tomado na devída consideração".

Ao Presidente da Província de S. Paulo, Dr. Joze Carlos Pereira de Almeida Torres, que, no officio aparece como Secretario do Governo de S. Paulo, Joze Christino da Costa Cabral, Marquez de Paranaguá, assim se expressou:

"Foi presente a Sua Magestade o Imperador, o Offiçi de V. Exca. sob o n.º 38 com data de 26 de Setembro findo, que acompanhava o Offiçi de Manoel Correia Junior, e a Representação annexa a este Offiçi dos Eleitores da Cidade de Paranaguá, que requerem a separação da Commarca de Curitiba, e sua erecção em Província; sendo a Capital a mencionada Cidade e tenho de significar a V. Exca. para sua intelligencia e assim o fazer constar aos Suppes. (Suplicantes) que, a citada Representação foi prontamente transmittida á repartição dos Negócios do Imperio, para ser tomada em devída consideração; certificando a V. Exca. que mui estimarei que ella tenha o desejado exito. "Esse officio é datado de 11 de janeiro de 1843.

Nessa mesma data, Joze Carlos Pereira de Almeida Torres baixou Portaria dirigida ao Comendador Manoel Francisco Correia Junior nos seguintes termos:

"Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador a Representação dos Eleitores do Circulo do Collegio Eleitoral de Paranaguá que o Sor. Comendador Manoel Francisco Correia Junior me dirigio para ser endereçada ao Governo Imperial, pedindo a erecção da Commarca de Curitiba em Província como consta do Aviso Regio incluzo por copia, asim lhe communico para sua intelligencia; e para fazer saber aos signatarios da dita Representação".

Convém esclarecer, antes de proseguirmos, que o Circulo do Colégio Eleitoral de Paranaguá se compunha de "Cinco Villas e hua Freguezia", a saber: Paranaguá, 14 eleitores; Iguape, 7; Cananéia, 2; Morretes, 3; Guaratuba, 2; Xiririca, 3; estava "asim composto este primeiro Collegio Eleitoral dos Cidadãos mais illustres do Circulo".

Observe-se que, do Circulo do Colégio Eleitoral de Paranaguá, participavam as cidades, hoje paulistas, de Iguape, Cananéia e Xiririca.

Não menos interessante a Representação endereçada ao Presidente da Província de S. Paulo. É documento da Câmara de Paranaguá.

Talvez produto do cochilo da revisão, a "Memoria Historica da Cidade de Paranaguá e seu Municipio", de Antonio Vieira dos Santos, publicou a data de 4 de janeiro de 1834, quando deveria ser de 1843.

Aliás, em seus "Documentos para a História do Paraná - Recolhidos e Annotados por Moysés Marcondes", este autor faz uma série de reparos à obra de Antonio Vieira dos Santos, mormente no que tange aos Provimentos do Ouvidor Pardinho.

A Representação conclui tecendo considerações em torno da maior conveniência de instalar-se a Capital da futura Província em Paranaguá do que em Curitiba. Sabe-se que Paranaguá se desgostou profundamente quando Curitiba se tornou a Capital, em virtude da sua posição geográfica e de ser-lhe mais fácil o incremento das atividades econômicas em regiões desbravadas passo a passo, dentro de uma política oficial de interiorização.

O coroamento dos esforços somados de patriotas vividos em épocas diversas se traduziu pela Lei n.º 704, de 29 de Agosto de 1853, cujo art. 1.º diz:

Art. 1.º - A Comarca de Curitiba, na Província de S. Paulo, fica elevada á categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

A instalação da Província teve lugar a 19 de dezembro de 1853, tendo sido o seu primeiro Presidente o Conselheiro Zacharias Goes de Vasconcellos.

Apesar dos esforços do Barão de Antonina no Senado, para o estabelecimento de limites mais consentâneos com a reali-

dade e com os interesses da região sul, a nova Província do Paraná nasceu sob o signo de um golpe inteligente dos dirigentes paulistas.

Acabo de mostrar que pertenciam à Comarca de Parana-guá as vilas de Cananéia e de Iguape, como, um pouco atrás, demonstrei que, além destas, também a vila de Xiririca englobava o Círculo do Colégio Eleitoral de Parana-guá.

Sob o pretexto de reorganização judiciária, o Governo Provincial retirou da jurisdição da Quinta Comarca aquelas citadas vilas.

Vemos, por outro lado, na "Geographia da Província de S. Paulo adaptada à Lição das Escolas, e offerecida á Assembleia Legislativa Provincial", de autoria do paulista Joaquim Machado de Oliveira, e mandada publicar, em 1862, pelo Governo daquela então Província, que Iguape é "cabeça de comarca do mesmo nome", enquanto, na XIII Lição, - Divisão Política -, o autor informa que "o 7.º Districto tem por cabeça a cidade de Santos, e compõe-se de dous collegios, estando no primeiro entre outros, Iguape, Cananéia, sendo esta com 7 eleitores e 297 votantes".

A mutilação territorial da Quinta Comarca possuía, sem dúvida, objetivo meramente político, quando, do ponto de vista geográfico e do ponto de vista da maior facilidade nas comunicações entre as populações litorâneas, o certo seria conservar o rio Ribeira, também na sua desembocadura, como linha divisória natural, pelo fato de constituir acidente geográfico de notável relevo.

Esse detalhe importantíssimo não escapara, aliás, á acuidade das Câmaras de Parana-guá, de Cananéia e de Iguape, quando solidárias na campanha em prol da criação da Província do Paraná.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

Excluídas Cananéia, Iguape, Xiririca e outras localidades do território sob a jurisdição da Quinta Comarca, esta se compôs então, de Parana-guá, Guaratuba, Antonina, Morretes, Curitiba, Príncipe (hoje, Lapa) e Castro.

Em vista do que dispõe o artigo 1.º, da Lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853, determinando que "a extensão e limites serão os mesmos da comarca", ficava, pois, estabelecido que os limites entre as Províncias do Paraná e de S. Paulo passariam a ser aquelas já fixadas para os municípios limítrofes.

Embora renomados geógrafos e autores de compêndios de Geografia viessem afirmando, desde os tempos do Império, quais os limites reais, histórica e tradicionalmente adotados pelas populações locais, surgiram divergências nas esferas governamentais.

O Governo Imperial houve por bem solucionar a questão, para o que enviou o Cap.Dr.Felippe Hipolyto Aché, com a missão de proceder ao levantamento de um dos trechos fronteiriços, na região do Assunguy.

O paulista Frederico Abranches, ao assumir a Presidência da Província do Paraná, anunciou ter descoberto um livro do tombo na matriz de Curitiba, no qual os limites ditos ali figurantes permitiam um avanço em território genuinamente paranaense. Curioso é que, - conforme muito bem acentuara Ermelino Agostinho de Leão no "Contestado Norte - Paraná-S. Paulo" e em "Paraná S. Paulo - Limites Inter-estadaes", - esse livro do tombo, supostamente descoberto por Frederico Abranches, até hoje não apareceu ...

O que existe é o verdadeiro livro do tombo da Igreja Matriz de Curitiba, feito pelo Pe. Francisco de Meyra Collassa, dentro das normas estabelecidas pelo primeiro Bispo de S. Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueyra. Mas, desse outro livro de tombo Frederico Abranches não quis saber ... Dizia a verdade sobre as divisas da paróquia de Curitiba, que abrangiam, aquele tempo, Votuverava, Arraial Queimado e Assunguy, respectivamente Rio Branco do Sul, Serro Azul e Bocaiuva do Sul de nossos dias ...

Autoridades de Apiaí criaram toda sorte de problemas em anos consecutivos, justamente com base na portaria de Abranches, calcada no livro de tombo supostamente descoberto e nunca visto por quem quer que seja, portaria, aliás, desrespeitada seguidamente pelo próprio Presidente Abranches...

Como os tumultos, artificialmente armados pelas autoridades do Apiaí, acabariam obrigando o governo do Paraná a sair em defesa das populações e do patrimônio público e particular sob sua guarda e zelo, o governo de S. Paulo, ciente das razões que nos assistiam, resolveu seguir o caminho do entendimento amigável.

Eis porque surgira uma Comissão, Inter-Estadual de Limites, constituída por delegados de S. Paulo e do Paraná. Representavam S. Paulo os Drs. Washington Luiz Pereira de Souza e Adolfo Augusto Pinto. Representavam o Paraná o engenheiro Dr. João Moreira Garcez e o historiador dr. Ermelino Agostinho de Leão.

Sob o clima de entendimento cordial, as duas partes trabalharam com afinco, promovendo estudos e levantamentos de toda a região fronteira e havendo elaborado mapas e laudos periciais.

Da parte do Paraná, resultaram as obras acima citadas do dr. Ermelino de Leão, sendo que "Paraná-S.Paulo - Limites estadaes", em 2 volumes, foi em colaboração com o dr. João Moreira Garcez, autor, inclusive, do mapa aí anexado.

Ocorreu, entretanto, que o Governo do Paraná não aceitou o laudo dos delegados de S. Paulo, e o Governo de S. Paulo repeliu o laudo dos delegados paranaenses, surgindo, então, grave impasse.

Os laudos, os relatórios e os mapas datam de 1919.

Acompanhemos, então, os lances posteriores, afim de que nós nos inteiremos, com base em documentos, de tudo quanto se passou e de como S. Paulo está sendo réu dos crimes de perjúrio e de violação a uma sentença arbitral irrecorrível e definitiva, por ele aceita inicialmente, sacramentando-a segundo os ritos constitucionais naquela época em vigor.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

Transformava-se na Lei n.º 1621, de 19 de dezembro de 1918, uma proposição da Assembleia Legislativa do vizinho Estado, após a sanção do Presidente do Estado, Dr. Altino Arantes, e referendada pelo Secretário do Interior, Dr. Oscar Rodrigues Alves. Eis o seu texto integral:

Lei n.º 1621 - de 19 de Dezembro de 1918

Autoriza a rectificação, em juízo arbitral, das divisas entre o Estado de S. Paulo e os Estados de Minas Geraes, do Paraná e do Rio de Janeiro.

O Dr. Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo: Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1.º - Fica o Governo autorizado a rectificar, em juízo arbitral, as divisas entre o Estado de S. Paulo e os Estados de Minas Geraes, Paraná e Rio de Janeiro.

Art. 2.º - Fica igualmente autorizado o Governo a occorrer ás despesas que forem necessarias com as diligencias, estudos e providencias julgados convenientes para o fim referido no artigo 1.º, podendo fazer as respectivas operações de credito.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça cumprir.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 19 de Dezembro de 1918.

aa) Altino Arantes
Oscar Rodrigues Alves.

Publicado na Secretaria do Interior, aos 28 de Dezembro de 1918. O Diretor Geral

(a) João Chrysostomo B. dos Reis Junior.

João P. Cardoso	Ermelino Agostinho de Leão
João Antonio Xavier	Prefeito Municipal de Curitiba
Bemvindo Gurgel A. Valente	Mal. Bernardino Vieira Cavalcanti
José H. de Santa Ritta	Joaquim Ignácio D. Ribeiro
Lindolpho Pessoa da C. Marques	Chefe de Policia
J. de Alencar Piedade	Lente da F.D.P.
Luiz de Albuquerque Maranhão	Candido Motta Jr"
.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.	

No intuito de comprovar que o Estado do Paraná não se manteve abúlico e inoperante durante todo o episódio, vejamos como a questão de limites com S. Paulo se refletiu entre nós.

Instalada a 2.^a sessão da 14.^a Legislatura, em 1919, encontraremos, na 12.^a sessão ordinária, a 14 de fevereiro, o "Projeto n.7", de autoria do 1.^o Vice-Presidente da Casa, Dr. Marins Camargo, e com o apoio dos srs. Hugo Simas e Hildebrando de Araujo, nos seguintes termos:

PROJECTO N. 7

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica o Governo autorizado a entrar em negociações com o de S. Paulo para derimir as duvidas existentes em parte da fronteira entre os dois Estados.

Parágrafo único - Essas negociações devem cisar uma solução amigável por meio de accordo directo ou arbitramento.

Art. 2.^o - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 1919.

Marins Camargo, Hugo Simas e
Hildebrando de Araujo.

"Devemos ir, pois, ao encontro da feliz iniciativa do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo e do Governo Paulista, tanto mais quanto, é certo, o Paraná tem uma velha duvida de limites com o visinho Estado, em a sua fronteira nordeste.

"Na administração do Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, um accordo foi feito entre os dois Estados no sentido de se derimir essa duvida. Ficou estabelecido então que as divisas seriam fixadas attendendo-se à situação das propriedades dos moradores daquela zona.

Na sessão de 15 de fevereiro, "entra em 1.^a discussão e é sem debate aprovado o projecto n. 7, autorizando o Governo a entrar em negociações com o de S. Paulo, afim de se derimirem as duvidas existentes na fronteira dos dois Estados."

Entra em 2.^a discussão dito projecto na sessão de 17 de fevereiro, e o seu autor, deputado Marins Camargo, pela ordem, requer dispensa do interstício para que entre na ordem do dia da sessão seguinte, sendo aprovado o requerimento.

Ao entrar em discussão e votação pela e.a vez o projecto n.º 7, o deputado Hugo Simas repele com veemência ataques dirigidos ao Congresso Legislativo por Benjamin Lins em artigos de jornal, e conta com o apoio geral da Casa.

Marins Camargo requer, e obtém, dispensa de redação final, tendo sido aprovado com a redação primitiva, havendo subido à sanção no mesmo dia.

.....
Agora Presidente do Congresso Legislativo, para o qual fôra eleito no inicio da 15.^a Legislatura, o sr. Marins Camargo, na sessão solene de 1.^o de fevereiro de 1920, concedeu a palavra ao dr. Manoel de Oliveira Franco, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, para, na qualidade de representante do Presidente do Estado, ler a mensagem deste.

O Presidente Affonso Alves de Camargo historiou, então, o desenvolvimento da questão de limites entre os Estados do Paraná e S. Paulo, dizendo, entre outras coisas:

"Seis annos após a emancipação da Provincia, hoje Estado do Paraná, surgiu a primeira duvida sobre a posse paranaense á margem direita do rio Ribeira.

Esse primeiro conflicto se reproduziu em 1873, quando era então Presidente da Provincia o Conselheiro Abranches,

autor da Portaria de 29 de agosto de 1873, na qual indicou o Ribeirão da Pedra Preta como sendo a nossa extrema, "na parte comprehendida entre a Villa do Arraial Queimado e do Apiahy".

Em 1875, 1879, 1881 e 1885, não obstante a referida Portaria ter sido directamente revogada pelas Instrucções do Ministro da Agricultura do Imperio, ao Dr. Felipe Aché, novas duvidas foram suscitadas.

Mais tarde, em 1895, 1896, 1899, 1902 e 1917, novos conflictos assinalaram os desejos do Apiahy de invadir o território paranaense á margem meridional do rio Ribeira.

No louvável intuito de estabelecer definitivamente a linha divisória entre o Estado do Paraná e o de São Paulo, na parte contestada, o Exmo. Sr. Dr. Altino Arantes, digno Presidente do Estado de S. Paulo, autorizado pela Lei n. 1621, de 19 de dezembro de 1918, a ractificar, em juizo arbitral, as divisas daquele Estado com os de Minas Geraes, Paraná e Rio de Janeiro, lembrou-me em officio datado de 14 de janeiro do anno passado a conveniencia de entrarmos em negociações directas, no sentido de effectivar-se a discriminação dos nossos limites inter-estadaes, na zona relativamente pouco extensa em que são elles contestados, apresentando-me as bases para uma convenção a ser concluida entre os dois Estados.

Correspondendo ao patriótico voto do illustre Presidente do Estado de São Paulo, nomeei, devidamente autorizado pela Lei n.1818, de 19 de fevereiro de 1919, por Decreto de 22 de fevereiro do mesmo anno, os Drs. Ermelino Agostinho de Leão e João Moreira Garcez, para, como peritos do Estado do Paraná, estudarem e proporem a melhor solução para o fim de ficarem definitivamente dirimidas as duas vidas existentes nos limites entre os dois Estados.

A 24 de fevereiro foi assignado, na cidade de São Paulo, pelos referidos representantes do Estado do Paraná e pelos Drs. Adolpho Augusto Pinto e Washington Luiz Pereira de Souza, representantes do Estado de S. Paulo, em accordo estabelecendo as bases para o estudo e solução da questão.

No dia 9 de agosto, também do anno p.passado, os peritos de ambos os Estados se reuniram novamente na cidade de S. Paulo e apresentaram o resultado de seus estudos. E como não fosse possivel chegarem a um accordo, afim de traçar uma linha commum e unica, resolveram os peritos apresentar, a 7 de setembro, os respectivos laudos aos Governos dos dois Estados, ficando consideradas como zonas contestadas as seguintes:

1.- partindo da confluencia dos rios Egua Morta e Claro, cabeceira do rio Itararé, sóbe pelo mesmo rio Claro, até o divisor das suas águas e as do rio Itapirapuan, em demanda das cabeceiras do rio Egua Morta e desce por este até a sua fóz, ponto de origem da linha.

2.- partindo da fóz do Itapirapuan, no rio Ribeira, desce por este até sua confluencia com o Palmital, sóbe por este até a sua principal cabeceira, seguindo dahi pelo divisor dagua das bacias do rio Paraná e Ribeira até encontrar a linha N. S. tirada pela fóz do rio dos Pilões no rio Ribeira, seguindo por essa linha até o rio Turvo ou Pardo Pequeno, sóbe por este até a serra do Cadeado e até o divisor d'águas dos rios Jacupiranguinha e Guarakessaba, seguindo D'ahi pelo alto da serra Negra, continua por esta em demanda da cabeceira principal do rio Pardinho, segue por este até o rio Pardo e por este desce até a barra do primeiro affluente na margem esquerda, acima da cachoeira do Inferno, e por elle sobe até o divisor das aguas entre o rio Putunan e o rio Grande á direita e o rio Pardo ou Capivaryassu á esquerda, até o alto do Morro da Estrella, d'ahi continua pelos ribeirões Pedra Preta e Ponta Grossa, até o rio Ribeira de Iguape, descendo por este até a fóz do Itapirapuan.

3.- partindo do oceano, em ponto equidistante das barras do Ararapira e do Superaguym segue pelo divisor das aguas que correm á direita para o mar e canal de Ararapira e a bahia de Trepandé e á esquerda para o mar de Superaguay, bahia de Pi-

nheiros e das Laranjeiras até o marco denominado Pedra da Divisa, no isthmo do Varadouro, com o rio Varadouro de Cima, segue por este até o rio Ararapira pelo qual desce até a sua fôz no oceano.

Verifica-se, portanto, que, a partir da confluência dos rios Egua Morta e Claro, cabeceiras do rio Itararé, seguindo por este e pelo Paranapanema, até a sua fôz no rio Paraná, e bem assim, nas linhas formadas pelos rios Macacos e Itapirapuan e mais no trecho divisor d'água dos rios Guarakessaba e Jacupiranga, compreendido entre as cabeceiras do Jacupiranguinha e a Pedra da Divisa, existe perfeita coincidência entre as divisas indicadas pelos peritos paulistas e as apresentadas pelos peritos paranaenses.

Definidas assim quaes as divisas contestadas e quaes aquellas que estão acceitas pelos dois Estados e na impossibilidade de um accordo directo entre os peritos para a fixação de uma linha unica que substituisse a divergência verificada entre os respectivos laudos, os Governos dos Estados de São Paulo e Paraná resolveram entregar a solução da questão a um arbitro unico, tendo a escolha do arbitro recaído no Exmo. Sr. Dr. Eptácio da Silva Pessoa, digno Presidente da República.

No dia 14 de Dezembro foi assignado, no Palacio do Governo do Estado do Paraná, o termo de compromisso arbitral... (o texto já foi lido).

Na mensagem, o Dr. Afonso Alves de Camargo focalizou ainda, com palavras repassadas de grande simpatia, a visita feita a Curitiba pelo Presidente Altino Arantes, que se fizera acompanhar de eminentes personalidades daquele Estado.

Na sessão de 5 de fevereiro de 1920, o deputado Generoso Borges, após dissertar longamente sobre a diferença no trato da questão de limites, pelo Paraná, com Santa Catarina e com S. Paulo, apresentou moção de congratulações do Congresso Legislativo com os Presidentes Afonso Alves de Camargo e Altino Arantes," pela assinatura do compromisso para a solução arbitral da questão de limites entre ambos os Estados.

O deputado Artur Martins Franco apresentou emenda, estendendo as congratulações á Câmara e ao Senado Paulistas.

As moções foram unanimemente aprovadas.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

Por ocasião da proclamação da República, a Monarquia transferia à mesma nada menos de 29 questões internas de limites, cuja solução urgia.

Depois do VI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado, a 7 de setembro de 1918, quando dois litígios sobre divisas inter-estaduais puderam ser resolvidos, o Governo da República, estimulado pela Liga de Defesa Nacional, pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, decidiu convocar, entre 1 de junho d 15 de julho de 1920, uma Conferência de Limites Inter-Estaduais.

Esse conclave reuniu representantes de todos os Estados, e resultou assás fecundo, porque sete acôrdos então tiveram lugar. É que, sob o "slogan" de Brasil Unido, pretendia-se a solução de todas as questões de limites entre os Estados antes de 1922, para que houvesse um clima de franca confraternização por ocasião do Centenário da Independência do Brasil.

Aproveitando a reunião dos representantes dos Estados, o Presidente Eptácio Pessoa convocou-os ao palacio do Catete, então sede da Presidência da República, para a cerimônia de leitura do laudo arbitral na questão de limites entre S. Paulo e o Paraná.

O laudo arbitral, datado de 15 de julho de 1920, com base nos laudos dos peritos paulistas e paranaenses, fez amplo estudo das reivindicações territoriais de ambas as partes, e chegou à seguinte

CONCLUSÃO

Reúno agora as três secções da linha divisoria e chego a esta conclusão final, que é o meu laudo:

A fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná come-

ça no oceano, na barra do Ararapira, acompanha a curva do rio passando no povoado do mesmo nome, até ao meio do isthmo do Varadouro, e ahi busca o divisor das aguas que correm, á direita, para o mar e o canal do Ararapira, e, á esquerda, para as bahias do Pinheiro e das Laranjeiras; segue por este divisor até ao **ALTO DA SERRA NEGRA** e por esta até á altura do morro existente entre ella e a serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro ás nascentes do rio Pardo, neste ultima serra, e pelo rio Pardo até ao Ribeira; sobre este rio e depois o ribeirão Itapirapuan até ás suas cabeceiras; ganha outro lado da serra, a nascente do Egua Morta, e continua pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema até ao rio Paraná".

Tendo assumido a Presidência de São Paulo o dr. Washington Luiz Pereira de Souza, ex-delegado paulista na questão de limites, e o dr. Caetano Munhoz da Rocha a Presidência do Estado do Paraná, ambos cuidaram de cumprir cada qual a sua parte, para o encerramento daquele litigio divisório.

O Presidente Caetano Munhoz da Rocha, por exemplo, na sua mensagem ao Congresso Legislativo, lida a 1.º de fevereiro de 1921,-depois de reproduzir a conclusão do laudo com a fixação dos limites,- não deixou de mencionar, na íntegra, a troca de mensagens telegráficas e postais entre o Governo do Paraná e o de São Paulo, e entre o do Paraná e a Presidência da República, todas elas vasadas em termos cordialíssimos e com manifestações de vibrante entusiasmo cívico.

O dr. Washington Luiz proclamava:

"Tendo a honra de com mui viva e sincera satisfação congratular-me com V. Exa. pela solução do velho litigio de limites em parte da fronteira administrativa dos nossos Estados. A decisão de S. Exa. o Sr. Presidente da República que patrioticamente acceitou a nossa escolha para arbitro, diz respeito principalmente á extensão das attribuições administrativas dos Governos Estaduaes sobre determinado territorio que sempre fica brasileiro, territorio que o Estado respectivo saberá zelar, ou melhor, que ambos os Estados saberão defender, em nome da Patria comum, sem medir sacrificios quando houver necessidade. Vou providenciar para que o laudo seja presente ao Congresso Legislativo e para que seja desde já respeitada essa linha como divisa nossa. Queira V. Exa. acceitar os meus protestos de elevado apreço e distencta consideração."

O Presidente Caetano Munhoz da Rocha respondeu do modo seguinte:

"As expressões altamente patrióticas com que V. Exa. se dignou transmittir-me suas congratulações pela solução da pendencia de limites entre nossos Estados farão exultar todos que realmente se interessem pela felicidade de nossa cara Patria. Ellas traduzem bem o profundo sentimento civico de V. Exa. e reflectem a grande cultura do grande Estado que V. Exa. tão dignamente dirige. A decisão proferida por S. Exa. o Sr. Presidente da República fixa, em verdade, principalmente a extensão das attribuições administrativas de dois Estados irmãos que se empenham igualmente em realizar os altos destinos na Federa-

ção Brasileira, visando tão somente o engrandecimento da Patria comum. O bello exemplo de S. Paulo ha de confortar a alma patriota. Vivamente agradecido tenho a honra de apresentar a V. Exa. os mais sinceros votos pela prosperidade do Estado de S. Paulo e as seguranças da minha elevada consideração e apreço".

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

De acôrdo com o que preceituava, em tais casos, a Constituição de 1891, os Congressos Legislativos de S. Paulo e do Paraná aprovaram, em dois anos consecutivos, o laudo arbitral do Presidente Eptácio da Silva Pessoa, após o que fez o mesmo o Congresso Nacional.

A Lei 2095 de 14 de março de 1922, ficou assim redigida assim foi sancionada pelo Chefe do Executivo Paranaense:

"Art. 1.º - O Estado do Paraná dá sua plena acquiescência á solução constante do laudo do Exmo. Sr. Dr. Eptácio da Silva Pessoa, como árbitro escolhido pelo Estado de S. Paulo e pelo do Paraná, para dirimir as duvidas que existiam em parte da linha divisória entre os Estados de São Paulo e Paraná, laudo esse, em virtude do qual foi estabelecida a linha divisória seguinte: "A fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná começa no Oceano, na barra do Ararapira, acompanha a curva do Rio passando no povoado do mesmo nome, até o meio do isthmo do Varadouro e ahi busca o divisor das aguas que correm, á direita, para o mar e o canal do Ararapira e, á esquerda, para as bahias do Pinheiro e das Laranjeira segue por este divisor até o ALTO DA SERRA NEGRA e por esta á altura do MORRO ISOLADO existente entre ella e a Serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro ás nascentes do rio Pardo nesta ultima serra e pelo rio Pardo até a Ribeira; sôbe este ultimo Rio e depois o ribeirão Itapirapuan até as suas cabeceiras; ganha o outro lado da Serra a nascente do rio Egua Morta e continua pelos cursos deste, do rio Itararé e do Paranapanema até o rio Paraná".

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Congresso do Estado do Paraná, em 10 de março de 1922.

32.º da República.

aa) João Sampaio - Presidente

João de Oliveira Franco - 1.º Secretário.

Antonio Diniz de Faro Sobrinho.

SANCIONO.- Palacio da Presidente do Estado do Paraná, em 14 de Março de 1922.

a)-Dr. Caetano Munhoz da Rocha

Presidente do Estado

LEI N. 1.803 - de 29 de Novembro de 1921

Fixa as fronteiras entre os Estados de São Paulo e Paraná, de accordo com o Laudo do Sr. Presidente da República, proferido em 15 de Julho de 1920.

O DOUTOR WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA

Presidente do Estado de São Paulo,

FAÇO SABER que o Congresso decretou e eu promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º - A Fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná de accordo com o Laudo do Senhor Presidente da República, proferido em 15 de Julho de 1920, começa no Oceano, na barra do Ararapira, acompanha a curva do rio, passando o povoado do mesmo nome, até ao meio do isthmo do Varadouro, e, dahi, busca o divisor das aguas que correm á direita para o mar e o canal do Ararapira, e, á esquerda, para as bahias do Pinheiro e das Laranjeiras, seguem por este divisor até o ALTO DA SERRA NEGRA, e por esta até a altura do morro existente entre ella e a Serra Virgem Maria, pelo cimo deste morro ás nascentes do rio Pardo, nesta ultima Serra, e pelo rio Pardo ao Ribeira, sobe este rio e depois o Ribeirão Itapirapuan, até ás suas cabeceiras; ganha do outro lado da Serra a nascente do Egua Morta, e continua pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema até o rio Paraná.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de Novembro de 1921.

a.-Washington Luiz Pereira de Souza.

a.- Heitor Teixeira Pentead.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, aos 29 de novembro de 1921.

a.- Eugenio Lefèvre

Director Geral.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

Vimos que ambos os Estados aceitaram e respeitaram a linha divisória fixada pelo laudo arbitral de Eptácio da Silva

Pessoa, tanto que, já em 1922, o Governo Munhoz da Rocha mandava elaborar o Mapa do Paraná com as divisas discriminadas, e o mesmo fez o Governo Washington Luiz em 1923. Temos exemplares desses mapas, assim como de outros muitos anteriores e posteriores às datas referidas.

Durante muitos anos, porém, parte da linha divisória foi considerada fronteira morta. As serras do Taquari, do Cadeado, Negra, Morro Isolado e Serra da Virgem Maria dificultavam o aproveitamento das terras.

Com as obras de construção da atual Br-116, aquelas terras se valorizaram rapidamente e despertaram, consequentemente, a cobiça de muitos. Intrusagens e grilos se repetiram ali, como há haviam acontecido em outras regiões do Paraná e do País.

Desta feita, entretanto, homens de grande força política e econômica estavam envolvidos.

O que o dinheiro do suborno pôde comprar, comprou. E o que deixou de ser comprado se tornou alvo da sanha de facínoras especialmente contratados. Os tiroteios e as mortes se sucederam, em proporção alarmante, sem que as autoridades policiais de ambos os lados se ativessem a tomar conhecimento dos casos. Ao lado dos ranchos queimados, multiplicavam-se as covas que haviam teimado em defender o que era seu.

A ação desses grupos se tornou tão perniciosa que basta dizer que um deles se apossou de nada menos de 33 km de terras ao longo da Br-116, de ligação entre Curitiba e São Paulo.

Para proteger a "grilagem", o chefe do grupo situou, naquelas terras, bandos de jagunços, vindos das mais diversas partes, e sem qualquer resquício de humanidade, conhecendo apenas o direito da força.

Tudo começou após 1955, e, à medida que avançavam as obras da antiga Br-2, e agora Br-116, os cablocos da região, ao invés de rejubilar-se, tiveram de chorar lágrimas de sangue ao serem enxotados dos seus ranchos, quando não tiveram as roças queimadas, as mulheres e filhas estupradas, e os parentes homens, friamente assassinados pela jagunçada, certa da impunidade.

O saudoso dr. Antonio Batista Ribas, então diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, tivera ocasião de realizar um estudo, embora sucinto, sobre a ação nefasta e vexatória dos "grileiros" e seus comparsas em toda a área que se valorizara com o surgimento da moderna rodovia.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

Para compreender melhor a estranha atitude do Governo de São Paulo de aproveitar-se dos "grileiros" de terras, originários daquele Estado, para tentar violar as disposições irrevogáveis e irrecorríveis do Laudo Arbitral de Eptácio da Silva Pessoa aceito por São Paulo e pelo Paraná como mandamento indiscutível, temos de tecer ligeiras considerações em torno do que se apelidava Geografia Política, e, mais modernamente, Geopolítica.

Temos duas escolas principais: a alemã e a francesa. Na alemã, prevaleceram, nos últimos tempos, os ensinamentos de Ratzel e de Supan, sem esquecer Penck, Wagner, Strebbitski e outros. Na escola francesa, prevalece a doutrina de Vallaux. Mas, posteriormente, apareceram ideólogos também de outras nacionalidades: Fawcett, Curzon, Lyde, Holdich, Semple, Dix, etc. etc.

Dois polos constituíram o eixo das doutrinas feopolíticas: **Posição e Espaço.**

Ratzel pregava a existência da posição astronômica, da posição geográfica e da posição política.

Na **posição astronômica**, ou matemática, devem-se levar em conta alguns fatores: a longitude, mais do que a latitude; o hemisfério, se meridional ou septentrional, se oriental ou ocidental; o grau da latitude média; a posição em relação ao equador.

Na **posição geográfica**, são outros os fatores: a topografia;

espaço orgânico de Ratzel, certo de que as riquezas jacentes ficariam em melhores mãos...

A tese foi aprofundada e aperfeiçoada pelos sucessores de Orville A. Derby, com a circunstância de que os ávidos papas-terras se adiantaram aos planos em gestação e estão dispostos a impor-nos uma fronteira de força...

A nosso ver, reside nesses conceitos geopolíticos, objeto de acurados estudos em São Paulo, enquanto o Paraná permanece alheio e indiferente, a abjuração dos solenes compromissos assumidos frente ao Laudo Arbitral de Epitácio da Silva Pessoa, desrespeitando e violentando a linha divisória por ele fixada em caráter irrevogável, definitivo.

.....

Permitam-me os ilustres e pacientes srs. Deputados mais uma fuga do tema principal, não obstante, conforme verão, os fatos a narrar mostram uma relação, indireta, mas convincente, com o litígio divisorial com São Paulo.

Por volta de 1936, quando ainda funcionava a Câmara dos Deputados depois da promulgação da Constituição de 1934, um deputado cearense, de nome Xavier de Freitas —, não sei se por idealismo, ou se por interesses excusos de terceiros, — apresentou um projeto de "Redivisão Política e Territorial do Brasil", preconizando a criação de "Estados de Fronteiras e Estados Mediterrâneos".

O projeto, apresentado em 9 de outubro de 1936, previa a criação de 7 "Estados de Fronteiras", localizados nas regiões limítrofes com os países americanos e as Guianas, compreendendo toda a faixa das nossas fronteiras, de acordo com o artigo 166 da Constituição (de 1934)".

Esses Estados seriam, inicialmente, "constituídos em caráter de confederados, centralizada a sua administração superior em um Conselho Nacional de Terras, Migração e Colonização, com sede na Capital da República, e com representação popular à Câmara Federal".

Os Estados de Fronteiras seriam:

- a) Missões, Capital Iguaçu;
- b) Laguna, Capital Ponta Porã;
- c) Guaporé, Capital Porto Velho;
- d) Acre, Capital Rio Branco;
- e) Solimões, Capital Tabatinga;
- f) Rio Branco, Capital Boa Vista;
- g) Amapá, Capital Curuá.

De conformidade com o art. 30, do Projeto, "cada Estado de Fronteiras, cujo território se demarcará oportunamente, será constituído, administrativamente, por um governador civil, de livre escolha do Presidente da República, o qual terá como auxiliares três secretários de Estado; por um Conselho Estadual, com funções orçamentárias, e, em geral, como órgão consultivo do governador; e terá como órgãos complementares da administração "uma Colônia Agrícola e uma Colônia Militar".

Verificada a sua viabilidade econômico-política, depois de vinte e cinco anos de existência, o Estado de Fronteira deixaria de ser confederado, para ser federalizado.

Em conferência no X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio, em 7 de setembro de 1944, o mesmo Xavier de Freitas lançou a idéia da criação de 17 Estados Mediterrâneos que enumerou e, dentre eles, o de nº 4, denominado "do Paranapanema", cuja capital seria Londrina.

Na opinião de Xavier de Freitas, seriam estes os limites:

"O Estado do Paranapanema, entre os rios Ivaí e Tibagi, com alguns quilômetros para dentro do território de São Paulo, além da margem direita do rio limítrofe, a contar de uns 60 quilômetros para baixo da cachoeira do Salto Grande até o rio Paraná, justifica-se ainda como medida a se antepor à cobiça internacional, centralizada na região da antiga Paraná Plantation, onde a extinta Liga das Nações, amparada pelas grandes potências européias, quis em tempo fazer a nova pátria dos inde-

sejáveis assírios do Iraque".

Tivemos ocasião de ver que o Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, criou os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguaçu.

Xavier de Freitas, embora alegando que tal Decreto-Lei se baseara em seu Projeto, se mostrara descontente, porque, a seu ver, incompleto. Confessou em livro que bombardeara o Presidente Getúlio Vargas com cartas e memoriais a esse respeito.

Foi preciso que, na Constituinte de 1946, as Bancadas Federais do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso, se unissem, na Câmara dos Deputados, para introduzir, na Constituição de 1946, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 80, assim expresso:

— Ficam extintos os atuais Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembradas.

Lembro-me da grande emoção cívica quando, com a promulgação da Constituição e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1946, o Paraná recebeu a notícia de que grande faixa de terras ubérrimas voltava ao seu poder. O povo festejou o feito nas ruas, e a imprensa se galdou, porque, afinal recuperávamos o que era legitimamente nosso.

Para atendimento das populações, despertadas para reivindicações novas e mais agressivas, o Governo Bento Munhoz da Rocha Netto criou, então, o Departamento Administrativo do Oeste.

Durante, porém, a existência do Território Federal, poderosos grupos econômicos nacionais e multinacionais ali se haviam instalado, para exploração da madeira, da erva-mate, e da agro-pecuária, e se mostravam desejosos de continuar com as prerrogativas e com os privilégios então conquistados.

Inconformados, esses grupos, nacionais e estrangeiros, detendo como veículo de comunicação uma Agência Noticiosa Blumenauense, incentivaram as comunidades locais a empreenderem campanha em prol da criação de um Estado do Iguaçu, a ser novamente desmembrado do Paraná e de Santa Catarina.

É triste confessar que paranaenses e catarinenses, — sobretudo, madeireiros e ervateiros, — estavam mancomunados, por interesses econômicos, nesse crime de lesa-Estado.

O movimento separatista chegou a assumir razoáveis proporções, e se tornou objeto de exame por parte do governo federal e das autoridades da Segurança Nacional. Mas, não tardou a esmorecer, agonizar e sucumbir, lá pelo ano de 1968.

Outro movimento, de caráter igualmente separatista, baseado, — quem sabe? — no projeto do cearense Xavier de Freitas, veio a surgir no norte do Paraná, justamente com a finalidade de ser criado o Estado do Paranapanema. Não se pretendia a mutilação do território paulista, como o Projeto Xavier de Freitas previa, embora em pequena escala. O Paraná é que seria totalmente mutilado, amputado daqui e dali, para vir a transformar-se num monstro, sem condições de sobrevivência.

Ao que sabemos, o movimento em favor do Estado do Paranapanema era desencadeado e estimulado por paulistas, além de gentes vindas de outros Estados, com aquele espírito aventureirista que caracterizou certa etapa do desbravamento dos sertões do Norte Novo.

Recorri à memória e consultei documentação histórica.

Constatei, assim, que, após a sedimentação político-administrativa de Estados com o poderio de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, eles nunca mais foram tocados em sua integridade territorial. Ninguém se atreve a pensar em desmembramentos deles, para a criação de territórios, ou coisa que o valha.

Será que só os de menor poderio é que devem ser atingidos, conspurcados, mutilados e transplantados?

Até mesmo no que diz respeito à organização político-administrativa, sentimos que, aqueles, são Estados privilegiados, de tratamento especialíssimo na esdrúxula conjuntura política

vivida pelo Brasil. Enquanto o Paraná, por exemplo, tem de engulir governadores e secretariados alienígenos —, desambientados, e leigos sobre os nossos problemas, — ninguém tem se atrevido a impor dirigentes igualmente alienígenas a São Paulo, a Minas Gerais, ou ao Rio Grande do Sul.

Esse fenômeno de desparanização talvez venha a ser uma das causas dos sucessivos atentados que o Paraná tem sofrido. Governantes, sem raízes mais profundas em nossa terra, não lutam, com unhas e dentes, pelos interesses mais altos do Paraná. Aceitam os fatos com passividade e subserviência, porque não querem melindrar, porque não querem passar como “criadores de casos” aos olhos de quem tem o coração e o cutelo na mão.

Liguemos uns fatos aos outros. Constatemos que, a par dos governos amorfos que infestaram o nosso Estado, São Paulo imbuído do pensamento geopolítico alemão, adotou, para si, a mesma doutrina do “espaço vital” de Hitler, e, dentro mesmo pressuposto, considera farrapos de papel os acordos, os convênios e os termos de compromisso solenemente assumidos.

O que São Paulo deseja, com a violação da linha divisória definitiva, estabelecida pelo Laudo Arbitral de Epitácio Pessoa, é fazer o *anschluss* de parte do território paranaense, tal qual Hitler o fizera na Áustria. O *fuehrer* se desculpava, afirmando que, com a incorporação da Áustria, estava promovendo a unificação da raça germânica. Aqui, São Paulo, dá a entender que tudo é Brasil, e por isso lhe é lícito avançar, invadir, usurpar e esbulhar...

Se tudo é Brasil, retifiquemos, então, as fronteiras entre São Paulo e Paraná através de nova e importante linha natural: devolva-nos São Paulo os municípios de Cananéia, de Iguape, de Jacupiranga e a Barra do Turvo, com o estabelecimento do rio Ribeira como divisa, até sua foz no oceano...

É bem de ver que, não obstante, nessa citação, algumas regiões que nos pertencem de fato e de direito, São Paulo não iria concordar com a devolução da extensa faixa litorânea, e, no caso, seria o primeiro a renegar o “slogan” em que se apoia...

Voltemos à área litigiosa propriamente dita: Essa área, com apreciável reserva florestal e enriquecida de valiosas jazidas minerais, alcança de 55 mil a 60 mil alqueires de chão.

As primeiras ações de particulares, acobertadas pelo Estado de São Paulo, como pessoa de Direito Público, se verificaram na década de 1960, sob o pretexto de que a serra Negra, para os paulistas, não estava mais onde os fenômenos geológicos a haviam colocado, faz milênios. Essa serra, na opinião paulista, havia se deslocado, e, de serra, se transformara no “planalto ondulado de Paranaguá”. Para os do vizinho Estado, a Geografia Física sofrera profunda alteração: planalto passou a ser serra... Quando alguém mostra o erro, ou o equívoco mal-intencionado, há escândalo. Repete-se o conto do menino inocente e não-subserviente que, do meio da multidão, denunciou: “O rei está nu”.

Confessemos um fato estorpecedor, que serviu para fortalecer ainda mais a tese expansionista de São Paulo:

Nos primeiros tempos do Governo Ney Braga, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, então sob a direção do Cel. Brasília Marques, cometeu a leviandade de editar um Mapa do Paraná exatamente dentro daquilo que São Paulo hoje defende, em detrimento do Laudo Arbitral de Epitácio Pessoa, fixador da linha divisória definitiva entre os dois Estados.

“O Mapa” trouxe a Serra Negra mais para o sul, num deslocamento que a própria engenharia moderna ainda não conseguiu realizar, apesar dos progressos da ciência...

Não nos perturba esse feito, quando soubemos que, nas terras dos índios, perto de Manguelrinha, um rio foi deslocado, sem qualquer trabalho e sem qualquer despesa, de uma região para outra... Maravilhas que só o interesse econômico pode praticar...

O “mapa”, de 1961, causou justa celeuma em todos os

meios, com a agravante de que forneceu argumento para São Paulo.

A Assembleia Legislativa instaurou imediatamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo então deputado Miguel Dinizo, e os responsáveis pela enormidade tiveram de depor.

Em Cartografia, admite-se um limite de tolerância nos levantamentos topográficos: Há, mesmo, uma tese bem fundamentada de Reinaldo Godói a esse respeito. Eis o que ele afirma, na sua tese para obter a Livre-Docência em Topografia e Estradas de Rodagem na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, de Piracicaba, e intitulada “Os Limites de Tolerância nos levantamentos Topográficos”:

“Em um levantamento topográfico, um engenheiro deve executar, com rigor, medições no campo que permitam posteriormente, no escritório, efetuar cálculos e obter a representação gráfica correspondente, com a precisão exigida. E essas medições consistem, em última análise, em se obter ângulos e distâncias, em função dos quais se atinge o objetivo final, que é a **planta topográfica e o cálculo da área do local levantado**”.

“É evidente que este objetivo final será tanto melhor atingido quanto mais se esmere o topógrafo durante as operações de campo. Entretanto, o valor real ou verdadeiro de uma grandeza jamais será determinado. Afora os erros sistemáticos, perfeitamente evitáveis, aparecerão os erros acidentais, inevitáveis, e por isso mesmo impossíveis de serem eliminados. Os erros acidentais poderão, isto sim, ser minimizados, mas nunca desaparecerão por completo. Daí a impossibilidade de realizar-se a medição de uma grandeza com absoluta perfeição ou precisão. Se uma grandeza angular ou linear for medida várias vezes pelo mesmo método, e com a mesma precisão, certamente os resultados obtidos irão diferir, embora se assemelhem. Assim, o valor exato não será obtido; ter-se-á, no máximo, um valor aproximado ou estimado para representar tal grandeza. E quanto mais aperfeiçoado for o instrumental empregado e também o método de medição, mais próximo do verdadeiro valor da grandeza se estará.

“Como a diferença obtida entre o resultado da determinação de uma medida e o seu real valor, corresponde ao erro verdadeiro, este também evidentemente nunca será determinado. Consequentemente, o que se poderá obter é o valor estimado de uma grandeza e nunca o seu verdadeiro valor, de acordo com a **teoria dos erros**. Então, a avaliação, por uma única medição, quanto à precisão de um alinhamento, é puramente subjetiva. Pelo menos teoricamente, o ideal seria, além de aliar-se o uso de instrumentos adequados à boa técnica, ter-se um número relativamente grande de repetições, para que fosse possível fixar-se em termos de precisão. E isto, na prática, torna-se inexecutável.

“O grau de precisão das medições topográficas dependerá então dos métodos empregados, do instrumental utilizado, do próprio operador e ainda de certas condições ambientais que poderão afetar o levantamento. Resta assim ao topógrafo uma solução prática, que é se resguardar no campo contra determinados tipos de erros, para posteriormente corrigi-los e distribuí-los.

“Com o sucessivo aperfeiçoamento ótico dos aparelhos topográficos, a medição de uma grandeza angular, por conseguinte, também vem se aprimorando, sucessivamente. Assim sendo, o erro angular diminui à medida que o instrumental topográfico aumenta em precisão, mas inevitavelmente esse erro continuará a ocorrer.

“Por outro lado, a medição linear de um alinhamento praticamente não sofreu progressos, pelo menos no que tange à Topografia básica. Desta maneira, tudo indica que grande parcela do erro cometido num levantamento deve-se às imprecisões ou deficiências nas medições das grandezas lineares.

“E se um alinhamento é caracterizado por uma dimensão linear e por seu valor angular, é bom que se acrescente que, além

da realtiva falta de precisão inerente à própria maneira de se medir uma grandeza linear, a mesma é ainda afetada pelo erro cometido no ângulo, distorcendo, portanto, o alinhamento.

"Uma vez determinados os erros angular e linear de fechamento, pode o topógrafo confrontar os resultados do seu levantamento desde que seja estabelecido um limite para os erros como base para comparações, para posteriormente distribuí-los.

"Para se aquilatar a precisão de um trabalho, estabelecendo-se comparações com um limite, têm-se o chamado limite de tolerância, que é o erro máximo permitido, mas que não deve ser um único, como padrão para todos os levantamentos. Dependendo da finalidade a que se destina o levantamento topográfico a precisão requerida variará.

"Entretanto, os estudiosos do assunto expressam em livros, opiniões variadas quanto aos limites de tolerância. Não são unânimes em estabelecer tais limites, nos diferentes graus de precisão; pelo contrário, divergem, por vezes, até profundamente. E, sendo o limite de tolerância um índice para o qual o profissional tem a sua atenção voltada para poder avaliar a precisão do seu serviço, em que irá o mesmo se apoiar para tal?"

É pública e notória a probidade pessoal e profissional dos responsáveis pelo DGTC na época do "mapa" de 1961. Era diretor o Cel. Brasílio Marques dos Santos Sobrinho; era chefe da Divisão de Geografia o Dr. Alceu Trevisani Beltrão; era Chefe da Seção de Geografia o Dr. Julio Plank Bittencourt.

Homens assim idôneos, não poderiam praticar atos voluntários que ofendessem os direitos e a integridade territorial do Paraná. Permitiu-se-lhes, portanto, a oportunidade de amplas explicações.

Qual não foi a surpresa de quantos compunham a Comissão Parlamentar de Inquérito quando, em lugar do alertamento para o erro, esperando-se o conseqüente reparo técnico, veio uma defesa por escrito, em que o erro era elevado à condição de verdade infalível, quase papalina...

Foi defendido o desvio cartográfico, e o Paraná, de vítima do erro, se transformou no imprevisto e surpreendido réu como invasor de terras alheias... A serra Negra veio mais para o planalto, como andam querendo os paulistas, e ficamos sabendo, através do depoimento escrito do DGTC, que o Paraná estava errado em pedir mais do que devia, que São Paulo estava errado em não pedir tanto quanto devia, e que o árbitro Epitácio Pessoa estava errado por não haver dado a São Paulo tudo o que pedia...

O relatório fala de levantamentos aéreos e de outros processos de medição, mais aperfeiçoados do que o que havia, então, na primeira e na segunda décadas deste século. Poderiam ter ocorrido, apesar de tudo, alguns erros de medição, como explicou Reinaldo Godói, mas remover montanhas, secularmente conhecidas e indicadas nos documentos dantanho, é exceder os limites da tolerância...

Pena que Maomé não viva nos dias de hoje: teria tido a oportunidade de ver a montanha ir até ele...

A Comissão Parlamentar de Inquérito decidiu apurar, em profundidade, a questão do "mapa", motivo pelo qual recorreu a uma autoridade incontestável no assunto, — o geólogo e geógrafo Reinhard Maack.

Com uma equipe experimentada, Reinhard Maack percorreu, paciente e meticulosamente, toda a região litigiosa. Fêz levantamentos astronômicos; localizou os acidentes geográficos mais importantes, de maior relevo; aprofundou-se no estudo geológico da região.

De tudo isso, resultou um laudo que depõe seriamente contra o pessoal técnico do DGTC de 1961, quando concluiu que os pontos notáveis, citados por Epitácio Pessoa, se encontravam no seu exato lugar e definiam, com absoluta clareza, a linha divisória entre São Paulo e Paraná. Era o pronunciamento de um cientista, e não de um político, muito menos de alguém com interesses econômicos na área...

O chamado "laudo Maack" foi objeto de pronunciamento por parte de geólogos paranaenses e paulistas, sendo estes Fernando Flávio Marques de Almeida e Aziz Nacib Ab'Saber. Isto, dez anos depois da apresentação daquele estudo.

De pronto, o parecer da Sub-Comissão de Geologia do Estado de São Paulo refutou o "laudo Maack", apelando para a ironia e, invertendo os papéis, jogou sobre Reinhard Maack a pecha de que, com inadequados conhecimentos artificiais, tentava fazer ressurgir a questão de limites...

Não sabemos a troco de quê, o parecer paulista lembrou a condição de alemão, e que Reinhard Maack havia chegado ao Brasil em 1923. E Orville A. Derby, que fôra o primeiro diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e fôra incumbido de fazer o levantamento da linha divisória, teria sido, por acaso, tupiniquim?

Nega esse documento que a Serra do Cadeado participe da linha divisória, porque não citada por Epitácio Pessoa, mas esquecidos os geólogos paulistas de que há uma sucessão de mapas de São Paulo, desde o Império até os nossos dias, onde aquele geográfico figura como integrante das divisas.

Não só os mapas, elaborados pelo próprio e atual Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, antes Comissão, ou órgão subalterno de outras repartições estaduais, como também existem compêndios de Geografia, de autores paulistas e de outros Estados, onde a Serra do Cadeado figura com esse nome, ou com o de Serra das Cadéas.

Ela teria de entrar forçosamente no sistema divisorial, porque fica entre a serra do Taquari e a Serra Negra, não podendo ser saltada ou ignorada, como não o pode ser o morro isolado, situado entre a Serra Negra e a Serra da Virgem Maria.

O parecer paulista tece considerações sobre a Serra Negra, para criticar a menção, no "laudo Maack", da crista mais elevada, por ele levantada topograficamente e também fotografada desde o lado do Paraná, como ainda desde o lado de São Paulo.

Não esqueçamos que o laudo arbitral fala: "... segue por este divisor até ao alto da Serra Negra..." Ora, até ao alto tem de ser a crista mais elevada.

Parece-nos que os geólogos paulistas estavam malhando em ferro frio, ou querendo jogar areia nos olhos dos desavisados.

Diante da recusa, por São Paulo, do "laudo Maack", uma tentativa honesta de repor as coisas em seu verdadeiro lugar, os Governos de ambos os Estados decidiram formar uma Comissão Inter-Estadual de Limites, para deirimir as novas e injustificadas dúvidas existentes.

Temos o desprazer de informar que o primeiro delegado do Paraná, nomeado em 1960, compareceu à primeira reunião em São Paulo na companhia de conhecido "grileiro", que assistiu os debates. Isso depôs contra a nossa boa fé e contra a honestidade dos nossos propósitos. Esse delegado não mediu as consequências nefastas do seu procedimento, pondo em risco legítimos direitos do Paraná em troca de um favorecimento pessoal.

Logo mais, porém, tendo um técnico paranaense combinado com um colega paulista a realização conjunta dos trabalhos de levantamento topográfico, para, no campo, atestar-se a lisura das pretensões paranaenses, houve o sumiço do técnico paulista. Sabedor de que, no campo, e em presença de conceituado técnico paranaense, os supostos direitos paulistas se transformariam em fumaça, diante da eloquência dos dados científicos, ele preferiu fugir a esse "test". Fez mais: elaborou relatório capcioso, sem verificação *in-loco*, relatório que, na primeira oportunidade, foi virtualmente desmascarado.

O fato é que decorreram quinze anos pelo menos, desde a constituição da primeira comissão Inter-Estadual de Limites, e nada ficou resolvido.

É de lastimar-se que, afora o "laudo Maack" e afora o esforço isolado do cartógrafo Dr. Lineu Ratton, o único a traba-

lhar, o Paraná tem estado desamparado nos seus direitos, produto de estranha inatividade dos nossos delegados, que, nas reuniões realizadas entre longos interstícios, às vezes de anos de permeio entre uma e outra, se restringem à correção das atas, ficando no "eu disse assim", "eu não disse assado"....

.....
Como recurso, para, como vulgarmente se diz, jogar a batata quente em mãos de outros, um delegado pelo Paraná aventou a idéia de que o impasse fronteiriço fosse resolvido por arbitramento. No caso, o árbitro único deveria ser o então Presidente Emílio Garrastazu Médici. Não é preciso dizer que São Paulo a nada pôde objetar.

O saudoso Governador Parigot de Souza, não hesitou em cometer novo e pesado sacrifício ao locomover-se até Brasília, apesar da grave enfermidade que o estava aniquilando, para entregar ao chefe da Nação um ofício em que afirmava, entre outras coisas:

"Atendendo sugestão da Comissão Mista integrada pelos Estados do Paraná e São Paulo, unanimemente aprovada por seus dignos e ilustrados membros, tenho a honra de convidar Vossa Excelência, como Supremo Árbitro da Nação, para mediar a relevante questão suscitada entre os limites dos Estados do Paraná e São Paulo, envolvendo a região limítrofe denominada "Serra Negra".

A seguir, o ofício historia a questão de limites até o laudo Epitácio, e alude às divergências que, entre ambos os Estados, começaram a surgir desde 1959, quando se instalou a primeira Comissão Mista.

Esse documento fugiu às boas normas exigidas para o arbitramento: Deixou de assegurar o fornecimento, por ambas as partes, da documentação e informações necessárias; esqueceu de fixar data para que o árbitro se pronunciasse definitivamente; não estipulou, entre as partes, se, da sentença arbitral, caberia, o u não, recurso; no caso de irrecurribilidade, não houve instituição da penalidade obrigatória para o infringente da decisão; e, muito menos, ocorreu a falta de menção do processo normativo para a execução da sentença, inclusive a data desde a qual deveria estar sendo cumprida;

As graves e insanáveis lacunas permitiram protelação na decisão arbitral, quem sabe por falta de tempo, quem sabe porque a decisão não seria propriamente um projeto-impacto, de repercussão nacional, tão ao gosto do Serviço de Relações Públicas do Palácio Presidencial na época... O fato é que o Gen. Emílio Garrastazu Médici concluiu o seu mandato, e, até hoje, não houve pronunciamento algum;

.....
Restar arguir um pormenor de somenos:

Quem, na Comissão Mista dera a sugestão de convidar-se o Presidente da República para árbitro na irritante questão de limites, esquecera-se de manusear, para consulta, um livrinho: nada menos do que a Constituição Federal, atualmente em vigor.

Se, nas Disposições Preliminares, o artigo 3º reza que "a criação de Estados e Territórios dependerá de lei complementar", não se tratava, na espécie, de criação de Estado, e sim de desmembramento e incorporação de território estadual.

Nem mesmo quando houve a criação do novo Estado do Rio de Janeiro, o Presidente da República recorreu à lei complementar, tanto que coube ao Congresso Nacional a discussão e a aprovação do respectivo Projeto de Lei.

Poderia ser alegado que, por analogia, se aplicaria ao caso o disposto no artigo 7º:

— Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos..."

Mas, o artigo 44 é claro e taxativo. Vejamo-lo:

Art. 44 — É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

V — Aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

É bem de ver que, num litígio divisorial, a solução dele implica sempre no desmembramento de parte do território de um Estado, para que seja incorporada a outro.

Podíamos supor que o Supremo Tribunal Federal seria competente para o julgamento da pendência, visto que o artigo 119 da Constituição assim diz:

Art. 119 — Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

.....
d) as causas e conflitos entre a União e os Estados ou Territórios ou entre uns e outros, inclusive os respectivos órgãos de administração indireta;

A verdade é que, tendo dado a Carta Magma competência exclusiva ao Congresso Nacional, para decidir nas questões de desmembramentos ou incorporações de áreas de Estados ou de Territórios, parece-nos ser este o exato caminho a percorrer.

Ao STF, no caso de esbulho violento, sujeito ao Direito comum.

O Governador Pedro Viriato Parigot de Souza fôra mal orientado, como tão mal orientado o foi o seu sucessor, Governador Emílio Gomes, quando reiterou o convite, para servir de árbitro, ao atual Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel.

Cuidadoso, para não incorrer em erros que produzissem lesões constitucionais, o Presidente Ernesto Geisel mandou que se ouvisse o Consultor Geral da República, e este, em longo e substancioso parecer, de setembro de 1974, excluiu a hipótese da aceitação do convite:

1 — Sendo o convite de caráter pessoal, não há transferência de poderes de arbitramento, sem que o primeiramente escolhido decline ou renuncie;

2 — A Constituição em vigor não prevê a figura do arbitramento, salvo nos conflitos internacionais;

3 — Se as partes insistirem no arbitramento, poderão recorrer ao mesmo na conformidade do que preceituam o Código Civil e o Código de Processo Civil, agindo, então, — embora pessoas de Direito Público, — como pessoas de Direito Privado, o que não deixa de ser estranho e controverso.

A nosso ver, a Constituição já apontou o caminho: recurso ao Congresso Nacional, em lugar de inúteis reunião de Comissões Mistas.

O Estado do Paraná vem sendo grandemente prejudicado como o vêm igualmente as populações da fronteira.

Quando é que o Governo do Paraná tomará uma atitude desassombrada e defenderá os que nele confiam?

Por este motivo espero, que acolhida a constituição desta Comissão Especial, nos termos propostos pelo requerimento, possamos alcançar definitivamente, um epílogo feliz para o Estado do Paraná, neste momentoso problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/76, de auto-

ria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 32/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 03/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 21/76, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando acrescentar ao artigo primeiro da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 30/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 43/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., COM EMENDA DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Em discussão.**

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sendo eu o autor de uma das emendas apostas ao Projeto de Lei 30/76. emenda esta que dispõe sobre a revogação do Art. 65 e seus incisos, do Estatuto do Ministério Público. Ocorre, Sr. Presidente, que na sessão plenária de nove de abril, encaminhei à Mesa emenda à Constituição do Estado, visando dar nova redação ao dispositivo constitucional que regula a fixação de vencimentos dos membros do Ministério Público e também no que se refere aos Procuradores da Justiça.

Em face desta mesma Constituição, entendo que a Emenda que apresentei ao Projeto de Lei 30/76, perdeu completamente o objeto, porisso solicito a V. Exa. que retire a emenda do Projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Deferido. Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, analisando a emenda do nobre Deputado Enéas Faria, que pretende a regulamentação dos vencimentos do Ministério Público, e Magistratura, e com referência à emenda do nobre Presidente da CCJ., Deputado Accioly Netto, é meu parecer de que a referida emenda, não tem a amparar-lhe a Constituição do Estado do Paraná e a Constituição Federal.

Mesmo porque, ela invade, competência própria da Lei Complementar, e a emenda tal como foi apresentada, teria necessidade de vir revestida de formalidades próprias, de lei complementar, e teria que obter a maioria de votos dos membros da Assembléia Legislativa. Haveria outras razões para declarar a inconstitucionalidade da presente emenda, mas entendo que basta este argumento, caracterizando a anti-juridicidade desta proposição.

É o parecer que profiro como relator designado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa indaga se é a opinião da Comissão ou apenas o voto do relator.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Teria a necessidade de colher os votos dos membros da Comissão, aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Presidente da Comissão terá dois minutos para nos dar a decisão.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, em plenário, reunida extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, dos votos colhidos até agora ficam cinco (05) favoráveis à emenda e cinco (05) com o parecer do relator.

Nestas condições, na forma do Regimento Interno, vejo-me impelido a proferir o voto de desempate e desejo fazê-lo com a consciência de que a Comissão de Constituição e Justiça não pode, em hipótese alguma, deixar se levar pelo passionalismo, ou mesmo pelo legítimo sentido reivindicatório de uma determinada proposição.

Mantivemos, até agora, a mais evidente coerência no que diz respeito às normas constitucionais e sua preservação.

Nestas condições, voto de acordo com o parecer, pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. então dá parecer contrário à emenda por ser anti-constitucional.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, conhecendo a deliberação adotada pela maioria de votos da CCJ., pretendo, na forma regimental, reapresentar a emenda, invocando para tanto amparo regimental, encaminho a Mesa a emenda com o número legal de assinaturas.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há necessidade de novo encaminhamento da emenda à Mesa, porque, embora tenha tido parecer contrário da CCJ., será apreciada pelo plenário.

Em votação a emenda apresentada pelo nobre Deputado Enéas Faria, com parecer contrário da C.C.J. — **Rejeitada.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa defere. Será feita verificação de votação.

— (É feita a verificação de votação).

20 Srs. Deputados aprovam a emenda, 14 rejeitam. — **Aprovada.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, a emenda do ilustre Deputado Enéas Faria não fere apenas dispositivo constitucional, porque invalida disposição de lei estatutária, ou lei complementar, contida no Estatuto do Ministério Público.

Sr. Presidente, como o Regimento Interno e a própria Constituição exige para tal procedimento, o quorum privilegiado da maioria absoluta, solicito que V. Exa. não anuncie o resultado da votação, sem antes se verifique se a maioria simples valida a aprovação da matéria. Era a questão de ordem que me cabia propor.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, pretendo discordar da questão de ordem formulada pelo Líder do Governo nesta Casa. Sr. Presidente, embora tenha novamente que render minhas homenagens à inteligência e capacidade de trabalho do eminente Deputado Ivo Thomazoni, parece-me que S. Exa. acaba de propor à Casa um flagrante e evidente sofisma. A entender-se como válida a proposta formulada pelo líder do Governo, nós teríamos também que acatar, receber e entender a Mensagem do Governo, projeto de lei do Governo, como se ela devesse receber rito especial, com quorum especial, porque também estaria presa à Lei Estatutária.

Assim entendo que não devesse ter guarida, data vênica, a questão de ordem formulada pelo Líder do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, indago de V. Exa. no procedimento da votação da emenda, tam-

bém regimentalmente, toda matéria terá que sofrer pronunciamiento do plenário, por 3 sessões consecutivas, e, no caso das emendas, duas. Solicito que V. Exa. me esclareça se a emenda merecerá destaque na votação na sessão plenária de amanhã, quando o projeto de lei 30/76 voltará para quarta discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A emenda será apreciada em 4ª discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente pretendia fazer uma breve consideração sobre a proposição do Deputado Enéas Faria, quando pretende que a mensagem governamental tivesse nesta Casa rito peculiar de lei complementar. Trata-se pura e simplesmente de mensagem que prevê aumento de vencimentos para o Ministério Público, para a Magistratura e Tribunal de Contas do Paraná.

Dúvidas ainda existem de que em razão mesmo do parecer proferido pela CCJ., de que a aprovação dessas emendas, necessariamente, requeira a votação da maioria dos membros do Legislativo, isto é, 28 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, não formulo propriamente uma questão de ordem, apenas gostaria de merecer da Mesa uma informação sobre a tramitação que pretende dar, tendo em vista as várias questões de ordem e sugestões que foram formuladas pela Mesa. Entendo que o Plenário é soberano para deliberação, e a maioria aprovou a emenda. Entendo que, pela forma regimental, teríamos 4 votações, a última estabelecida como Redação Final.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. está equivocando, as emendas têm que ser votadas pelo menos duas vezes.

Apresentada em 3ª discussão, vai à 4ª discussão e a Redação Final será a quinta.

A Mesa não pode entender como possa resolver a questão de ordem do Deputado Luiz Roberto Soares. Mesmo entendendo a emenda como intempestiva e inconstitucional, não pode entender como possa dar à emenda um rito diferente de votação como o que está dando ao projeto.

Nestas condições, a Mesa anuncia o resultado da votação da emenda do Sr. Deputado Enéas Faria.

20 Srs. Deputados aprovam e 14 Srs. Deputados rejeitam. O projeto e a emenda irão à 4ª discussão.

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 30/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 38/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 190/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão. Parecer favorável da C.C.J. — **aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 22/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 24/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao anexo II, da Lei 6119, de 19 de junho de 1970, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Parecer favorável da C.C.J. **COM SUBSTITUTIVO GERAL, EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Sobre o referido Projeto existem duas emendas

que serão lidas pelo Sr. 2º Secretário.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lendo):

EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 22/76

O Art. 1º em seu anexo II, na parte relativa ao cargo de Tesoureiro Geral, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO II"

SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO PARTE PERMANENTE

Nº de Cargos	Denominação	Vencimento ou Símbolo
Um (01)	Tesoureiro Geral	Cr\$ 6.506,00

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Otássio Pereira, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Maurício Fruet, Deni Schwartz, Nilso Squarezzi, Luiz Carlos Zuk, Enéas Faria, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares Lázaro Dumont, Waldenício Barbalho, Del Ciel, Dal'Oglio, Osvaldo Macedo, Adalberto Daros, Antonio Facci, Jorge Sato, Ivan Rüppel, Werner Wanderer, Jayme Rodrigues Carvalho, Quielse Crisóstomo, Lúcio Machado, Ezequias Losso, Cioni Neto.

EMENDA Nº 2 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 22/76

Acrescente-se, onde couber, mais um artigo, com a seguinte redação:

"Art. —: Dentro da Sistemática de Cargos em Comissão da Parte Permanente, previstos pelo Anexo II da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, ficam acrescentados mais os seguintes:

Nº de Cargos	Denominação	Vencimento ou Símbolo
Um (01)	Chefe de Gabinete da 1ª Vice-Presidência	2—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência	2—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria	2—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da 4ª Secretaria	2—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA	3—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Liderança do MDB	3—C
Um (01)	Chefe de Gabinete da Liderança do Governo	3—C

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1976.

aa) FIDELCINO TOLENTINO e ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

Os cargos que se pretende incluir na relação daqueles comissionados previstos pelo Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, estão atualmente incluídos em seu Anexo IV, na relação de funções gratificadas, cujas normas de preenchimento estão previstas pelo Art. 7º do Decreto Legislativo 573, de 29 de novembro de 1967.

Acontece que, recentemente, essa Casa aprovou Projeto de Lei, pelo qual criou-se para cada Gabinete de Deputado, um cargo em comissão, símbolo 3—C, de Assessor de Gabinete.

Ora, hierarquicamente, o cargo de Chefe de Gabinete é superior ao cargo recentemente criado, logo, sua remuneração deve ser maior, até por equidade.

A emenda proposta parece que não encontrará restrições por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual, em seu parecer concordou inteiramente com os desdobramentos e transformações de cargos procedidos pela Resolução 37/75, aliás, corroborando com os termos da mensagem governamental 24/76, bem como procedendo os necessários reajustes que, embora importem em aumento de despesas, não podem ser considerados inconstitucionais, como ficou devidamente esclarecido em debates ocorridos nesta Casa, por ocasião da discussão do Projeto oriundo do Poder Judiciário e que tratava da criação de cargos, em brilhante sustentação de votos proferidos pelos ilustres deputados Accioly Neto e Luiz Roberto Soares, fundados entre outros suportes legais, no Art. 108 da Constituição do Brasil.

Quanto ao contrasenso de se situar um Chefe de Gabinete em função gratificada e o Assessor de Gabinete no símbolo 3-C, parece que já foi abordado, indiretamente, pelo voto dado em separado pelo nobre Deputado Dácio Leonel, sendo a presente emenda correlata com seu ponto de vista.

Desta maneira, a emenda proposta pretende apenas deslocar do Anexo II para o Anexo I, da Lei 6119/70, os cargos de Chefias de Gabinetes, adequando-se aquele Estatuto aos reais anseios da Administração.

Aprovada esta emenda, estaremos facilitando sobremaneira, aos Deputados que forem eleitos para a Comissão Executiva, na próxima Legislatura, a formação de seus Gabinetes, uma vez que os atuais já cumpriram mais de 2/3 (dois terços) dos mandatos que lhes foram outorgados pelos seus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A emenda apresentada pelo nobre Deputado Accioly Neto, está devidamente apoiada pela maioria absoluta da Assembléia Legislativa, dos seus membros. Entretanto, a emenda apresentada pelo ilustre Deputado Fidelcino Tolentino não contém o apoio exigido pela Constituição Federal, exigência repetida na Constituição Estadual.

Os Srs. Deputados que apoiam a emenda, queiram conservar-se como estão. — **Apoiada.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, se este é o entendimento...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não, não é entendimento da Presidência, nobre Deputado. Eu só estava chamando a atenção, no caso de haver alguma dúvida ao apoio. Os apoios têm sido pacíficos nesta Assembléia. Eu só estava chamando a atenção, mas não pretendo deixar de receber a emenda.

O SR. IVO THOMAZONI — Uma outra questão de ordem, Sr. Presidente: Qual o procedimento da Presidência em, recebendo as emendas em 2ª discussão, emendas de plenário, no tocante ao que preceitua o parágrafo único do art. 177 do Regimento Interno, desde que, Sr. Presidente, este dispositivo regimental não admite adiamento de votação da matéria por se encontrar em Regime de Urgência?

Como procederá a Presidência para que as emendas em tela possam merecer a deliberação das Comissões Técnicas?

O SR. PRESIDENTE — Paulo Camargo A Mesa, como em outras ocasiões, esta mesma Mesa e outras Mesas, têm permitido. Entretanto, para que o assunto esteja bem debatido e estudado, encaminhará o projeto em regime de urgência, à Comissão Técnica, por 48 horas. Este seria o procedimento que teria a Mesa, na oportunidade que o projeto seja apreciado pelas Comissões, dentro do prazo de 48 horas úteis.

O SR. IVO THOMAZONI — (Questão de ordem) Apenas para

que se registre que a Liderança da ARENA continua e pretende continuar fiel ao que dispõe o Regulamento Interno, para que, se no futuro tiver que argumentar, possa fazê-lo à luz do que já ocorreu na sessão de quinta-feira, com relação à retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei 30/76, e com o procedimento hoje repetido com relação ao Projeto de Lei 22/76.

Era só isto, e acatamos como sempre temos acatado, as decisões soberanas de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Vou responder a Questão de Ordem de V. Exa. Acontece que aquele Projeto foi retirado por 3 Sessões; porque me parece que era uma questão pacífica. Mas na hora que qualquer um dos Deputados levanta uma Questão de Ordem exigida do cumprimento do Art. 177 do Regimento Interno, ele será cumprido.

Se V. Exa. acha que esta proposição não deve voltar às Comissões para estudo, eu as porei em votação ainda hoje. E direi às Comissões que deem parecer verbal no plenário se puder, para não ferir o Regimento. Mas desde que V. Exas. exigem o cumprimento, será cumprido a exigência, o prescrito no Art. 177.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu já havia afirmado em público, a decisão de V. Exa. em adotar procedimento anterior, mesmo antes de executá-lo.

Não vai, sr. Presidente, na questão de ordem que pretendi levantar, estribada no § único do Art. 177, nenhuma censura ao comportamento de V. Exa. que tem sido exemplar.

Tão somente, fiz questão de registrar o fato, para que possa me valer do argumento, oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Torno a dizer, em resposta à Questão de Ordem, na ocasião ou no momento em que qualquer Deputado desta Casa, exigir o cumprimento do Artigo, ele será cumprido. Se for pacífico que a Assembléia deseje que as emendas sejam apreciadas pela Comissão dentro de 48 horas, elas serão encaminhadas às Comissões Competentes.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, em face desta decisão só queria comunicar a V. Exa., que a CCJ, reúne-se hoje, porque eu solicitaria que V. Exa. encaminhe ainda hoje à Comissão este processo, com suas emendas, a fim de que se possa dar o parecer dentro do prazo estipulado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Pediria aos membros da CCJ, que apreciassem ainda no dia de amanhã, para que na sessão de quinta-feira, possa se colocar ao Plenário, à Mesa, o Projeto de Lei.

Evidentemente, que será encaminhado às Comissões Técnicas o Projeto e a emenda.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 31/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 39/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt, e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 31/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras,

objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar Borda do Campo, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 39/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 32/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 46/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município. Parecer favorável. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 32/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, o Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezzi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 46/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, o Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação

constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezzi, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 01/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 19/76, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras nºs 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da quadra 15, da planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI 01/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Califórnia, as datas de terras nºs 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra 15, da Planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome, perfazendo a área total de 2.356 m2 (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), datas essas havidas pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de doação lavrada às fls. 115 e 116, do livro 21-N, do Tabelionato Adelino Candeo, de Califórnia.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 1976.

a) **PODER EXECUTIVO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 01/76

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental 19/76, de 28 de janeiro de 1976, objetiva autorizar o Poder Executivo, a, mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras nºs 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra 15, da Planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome, perfazendo a área total de 2.356 m2, datas essas havidas pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de doação lavrada às fls. 115 e 116, do livro 21-N, do Tabelionato Adelino Candeo, de Califórnia, para ali ser construído o prédio destinado ao Grupo Escolar.

Não tendo a administração estadual utilizado a área referida, eis que, o prédio do grupo escolar foi construído em outro local, a reversão não só é justa, como também consulta plenamente aos superiores interesses da coletividade, uma vez que a Prefeitura Municipal de Califórnia necessita da área para construir prédio destinado à Associação de Proteção à Maternidade e Infância e Clube das Mães, de Califórnia.

O projeto não fere qualquer disposição constitucional ou legal, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 07/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 27/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 87 e seus parágrafos da Lei Complementar número 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., **COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI 07/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — O Artigo 87, e seus parágrafos da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1º — A gratificação de que trata este artigo será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) alternados no regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2º — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três anos”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1976.

a) **PODER EXECUTIVO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 07/76

O Sr. Governador do Estado encaminhou a esta Assembléia Legislativa, em 15 de fevereiro pretérito, a Mensagem 27/76, acompanhando anteprojeto de lei que objetiva dar uma nova redação ao Art. 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o “Estatuto da Polícia Civil do Estado”.

Consoante assinala o Chefe do Poder Executivo, o plano de Lei é “altamente significativo e consulta plenamente aos interesses da Administração, mormente aos da Polícia Civil, eis que consubstancia medida legal, que virá atender justa reivindicação dos integrantes daquele importante setor de segurança pública, qual seja a de, uma vez atingido o tempo de serviço necessário, poderem solicitar aposentadorias sem redução em sua remuneração, por decorrência do corte de vantagens”.

É a seguinte a nova redação proposta:

“Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1º — A gratificação de que trata este artigo será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) alternados no regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2º — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três (03) anos.”

O texto vigente do referido Art. 87 e seus parágrafos está assim redigido:

“Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1º — A gratificação de que trata este artigo será computada para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria do pessoal da Polícia Civil, à razão de 1/5 (um, trinta e cinco avos), e em 1/30 (um, trinta avos), por anos de efetiva permanência neste regime, para funcionários dos sexos masculino e feminino, respectivamente, observada a legislação em vigor.

§ 2º — Para os efeitos da incorporação de que trata o parágrafo anterior, poderão ser computados os períodos em que o funcionário policial civil tenha percebido gratificação pela prestação de serviços extraordinários”.

Do confronto dos dois textos, vê-se que, como assinala a

mensagem, “a medida proposta assegurará aos integrantes da Polícia Civil do Estado, por ocasião da aposentadoria, a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, calculada sobre a média do percebido nos últimos três anos”, o que, sem sombra de dúvida, consulta alentada aspiração da classe policial.

Tem-se assim, que o Projeto de Lei 07/76, consubstancia na Mensagem Governamental 27/76, vem atender legítima reivindicação de servidores policiais em condições de serem aposentados, traduzindo, seguramente, uma política salutar do Poder Público no sentido de revitalizar os quadros da Segurança Pública do Estado. É que, servidores com 45 anos de serviços prestados ao Estado hesitam em abandonar o serviço público, pela via da aposentadoria, face aos cortes das gratificações não incorporáveis, como o são: o benefício do tempo integral e dedicação exclusiva e serviço extraordinário. Quanto a este, como proclama o Governador do Estado, através de outra Mensagem, a de número 26/76, transformado no Projeto de Lei 06/76, também a Assembléia Legislativa apreciará medida proposta pelo Chefe do Poder Executivo, visando incorporar tal benefício nos proventos de aposentadoria dos demais funcionários públicos, entre os quais, naturalmente, os servidores policiais sujeitos tão só ao regime extraordinário de jornada de trabalho.

O projeto de lei 07/76, ora em exame todavia, omitiu, inconscientemente, o direito de incorporar outras gratificações como, por exemplo, aquela relativa ao encargo de direção ou chefia. Atualmente, o colendo Tribunal de Contas do Estado, por inexistência de norma legal específica, vem sistematizando a negativa pela não incorporação da função gratificada.

Por essa razão, é oportuno, além de justo, que a Assembléia Legislativa venha a suprir tal falha do Projeto, através de emenda, a qual terá a virtude de concretizar, por completo, a reconhecidamente justa aspiração dos servidores policiais do Estado, ao permitir-lhes uma aposentadoria sem restrições financeiras.

Nestas condições, o parecer é FAVORÁVEL, tendo em vista a legalidade e perfeita adequação constitucional do Projeto, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º — O Art. 87, e seus parágrafos da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1º — A gratificação de que trata este artigo será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) alternados no regime de tempo integral e dedicação exclusiva, sem prejuízo de outras vantagens e gratificações.

§ 2º — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três (03) anos”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI 07/76

O presente Projeto de Lei 07/76, oriundo de Mensagem Governamental, visa dar nova Redação ao Art. 87 e seus parágra-

fos da Lei Complementar nº 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

Tal modificação preconizada, tem por finalidade a incorporação da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, aos integrantes da Polícia Civil do Estado, por ocasião da aposentadoria, calculada sobre a média do percebido nos últimos três (03) anos. A justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo nos convence da sua oportunidade, e do alto sentido que a Lei visa, atingindo às justas reivindicações dos integrantes que militam no importante setor da Segurança Pública.

Sobre a matéria, já houve manifestação da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual em parecer aprovado do ilustre Deputado Accioly Neto, arguiu a sua oportunidade, oferecendo no entretanto Emenda Substitutiva, visando incorporar outras gratificações quando da aposentadoria dos servidores policiais do Estado.

No âmbito desta Comissão, temos a nos manifestar favoravelmente à matéria, inclusive sobre a Emenda Substitutiva apresentada pela CCJ.

Isto exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei 07/76, com a EMENDA SUBSTITUTIVA, opinando, portanto, pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1976.

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI 07/76

Altamente significativo e consultando plenamente os interesses da Administração e do próprio funcionalismo dos Quadros da Polícia Civil, o plano de lei virá atender reivindicação a muito reclamada pelos integrantes do setor da Segurança Pública, como seja, atingindo o tempo necessário poderem solicitar aposentadoria sem redução em suas remunerações, tendo em vista as vantagens que recebia na atividade.

Assim a lida proposta no presente plano de Lei, assegurará aos funcionários da Polícia Civil do Estado, ao aposentar-se, incorporação de gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva conforme a média percebida em seus vencimentos básicos.

Cabe ainda ressaltar a larga visão do Poder Executivo, pois para a Administração, o plano de Lei também trará seus benefícios e com o advento do mesmo, haverá possibilidades de renovação com pessoal mais jovem e apto para o setor de Segurança Pública e a renovação de pessoal na função pública é uma das metas da Administração geral do País e o Estado do Paraná não poderia ficar alheio ao fenômeno, trancando a seus antigos funcionários a possibilidade de uma aposentadoria decendente e a renovação de seus Quadros funcionais com elementos mais jovens e aptos que virão a ocupar esses claros de acordo com a época de progresso e modernização em que vive o Estado do Paraná.

Nosso parecer é portanto integralmente favorável ao plano de Lei e sua Emenda Substitutiva, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1976.

a) Jurandir Messias, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, devidamente apoiada. — Ser^a publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Balbina Lustosa, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de ser implantada, uma escola agrícola, no distrito de Perobaí, município de Umuarama. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, congratulando-se com aquela Casa de Leis, por ter aprovada lei que concede o Título de Cidadão Honorário da cidade de Natal ao Professor João Calisto de Medeiros. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Difusora Ouro Verde Ltda., pelo transcurso de seus vinte anos de atividades. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Ar. Depuatdo Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto as autoridades competentes para que não se concretize a pretensão de bacharéis aprovados em concurso para o preenchimento de vagas de juiz substituto no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Sr Dr. Eduardo Seabra Fagundes, sob o título "Jurista defende garantias e condena as violências". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente, solicitando seja oficiado à SANEPAR, objetivando seja procedida a extensão da rede de água e esgotos na rua Elias Moisés Shalella, Vila Nossa Senhora da Luz, nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da tribuna, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, com objetivo de oferecer subsídios para a questão de limites entre o nosso Estado e o Estado de São Paulo, comissão esta composta de 7 membros. — Aprovado.

A Mesa solicita aos líderes da ARENA e do MDB, que indiquem os nomes dos Srs. Deputados que comporão a referida comissão, sendo 4 Srs. Deputados da ARENA e três Srs. Deputados do MDB.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da tribuna, solicitando a transcrição de estudo sobre a fronteira entre nosso Estado e São Paulo. — Aprovado.

A Mesa designa para representarem esta Casa nas festividades alusivas ao aniversário do Município de Maringá, conforme requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente de sessão anterior e aprovado, os Srs. Deputados Jorge Sato, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Valter Pietrângelo e Antonio Facci.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 30/76

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 30/76 e de Lei 190/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 31/76, 32/76 e de Lei 01/76 e 07/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 35/76, 36/76, e de Lei nos 04/76 e 31/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2743, de 09 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar o Decreto Legislativo 129/75, de 12 de março de 1975, na parte que se refere a designação do funcionário JOÃO ANDRÉ CLELE, matrícula 567, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Plenário;

II — designar o funcionário acima citado, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; e,

III — designar JOANA MACIEL FARIAS, matrícula 156, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 312/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 352, de 21 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742 de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCIDES ZONATTO, matrícula 526, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1º de agosto de 1972 a 1º de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04/05/76.

aa)

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente.

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 313/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 906/76, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, em favor de JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula 394, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do disposto no Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04/05/76

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 314/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2309/76, de 31 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BOLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04/05/76

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 315/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2511/76, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula 599, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1970, 1971, 1972 e 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 316/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2478, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CASEMIRO MARQUES, matrícula 529, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 317/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2314/76, de 31 de março de 1976, deste Poder

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula 498, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 318/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 543 e 544/76, de 27 de janeiro de 1976, deste Poder

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do

Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula 495, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1967, 1975 e de quinze (15) dias de 1974, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 10 de maio de 1962 e 10 de abril de 1972, antecipado em razão de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1971, contadas em dobro; e

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 10 de setembro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 728/76, de 03 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a UMBELINA CARRARO SANTOS, matrícula 461, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 10 de novembro de 1975, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 320/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 478/76, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula 557, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 07 de março de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2477/76, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 1º de junho de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 322/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 112/76, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula 186, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial da Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1967, 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de março de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1967, 1971, contada em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 308, 309 e 310/76, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA AMÁLIA CERCAL DE OLIVEIRA, matrícula 104, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar;
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 20 de agosto de 1963 e 20 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1964, 1965 e 1970, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da referida Lei 6174, a partir de 20 de junho de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 324/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

atribuir aos funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder Legislativo, a gratificação de função símbolo F-5, de Motorista no Gabinete que especifica, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1976:

ALBERTO MIGUEL	— 2ª Secretaria
VILSON DA SILVA NATAL	— Presidência
EMILIO TELES DE LIMA	— 1ª Secretaria
ANTONIO CARLOS DUARTE	— 1ª Secretaria
MANOEL DIAS	— 1ª Secretaria
ROBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA	— Diretoria Geral
WALDOMIRO DE CAMARGO	— Liderança do Governo
ANIBAL DE ASSUNÇÃO	— Liderança do M.D.B.
ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO	— Liderança do M.D.B.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2197/76, de 25 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear, em face de habilitação em concurso, AGAR LEILA DE

MENDONÇA GUIMARÃES, para exercer o cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 326/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2197/76, de 25 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear, em face de habilitação em concurso, HELENA REGINA STEPHAN, para exercer o cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 327/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2197/76, de 25 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear, em face de habilitação em concurso, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, para exercer o cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2197/76, de 25 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

nomear, em face de habilitação em concurso, LEONOR HILGERT MORAES, para exercer o cargo de nível PL "22" da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de maio de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.